

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 11-02-2016.

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, respondida por Cassio Trogildo, Dinho do Grêmio, Dr. Raul Fraga, Elizandro Sabino, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel, Jussara Cony, Kevin Krieger, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, compareceram Aírto Ferronato, Alberto Kopittke, Bernardino Vendruscolo, Delegado Cleiton, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Guilherme Socias Villela, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mario Manfro, Mônica Leal, Nereu D'Avila, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sefora Gomes Mota e Waldir Canal. A seguir, foi apregoado o Ofício nº 118/16, do Prefeito, comunicando que se ausentará do Município das dezessete horas e quarenta e quatro minutos do dia onze de fevereiro às vinte e duas horas e quarenta e dois minutos do dia doze de fevereiro do corrente, para participar de reunião com Guilherme Ramalho, Ministro da Aviação Civil, em Brasília – DF. Também, foi apregoado o Memorando nº 003/16, de autoria de Delegado Cleiton, solicitando autorização para representar externamente este Legislativo, no dia onze de fevereiro do corrente, no ato de sanção da lei municipal que dispõe sobre gastronomia itinerante – *food trucks* –, no Salão Nobre do Paço dos Açorianos, em Porto Alegre. A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO, neste Legislativo, de Sebastião Melo, Vice-Prefeito, concedendo a palavra a Sua Senhoria, que se pronunciou sobre problemas ambientais que nos últimos anos atingem Porto Alegre. Ainda, o Presidente convidou a comporem a Mesa: João Pancinha, Secretário Municipal de Obras e Viação; Tarso Boelter, Diretor-Geral do Departamento de Esgoto Pluvial; Antônio Elisandro de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto; Marcelo Soletti de Oliveira, Diretor-Adjunto da Empresa Públicas de Transportes e Circulação; André Carús, Diretor-Geral do Departamento Municipal de Limpeza Urbana; Hélio Oliveira, do Gabinete de Defesa Civil; e Mauro Moura, Secretário Municipal do Meio Ambiente. Após, o Presidente concedeu a palavra a Sofia Cavedon, Elizandro Sabino, Jussara Cony, Aírto Ferronato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, Engº Comassetto, Mônica Leal, Alberto Kopittke e Delegado Cleiton, que se pronunciaram sobre o tema em debate. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Sebastião Melo, Mauro Moura, Antônio Elisandro de Oliveira, André Carús e Tarso Boelter. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e trinta minutos às dezesseis horas e trinta e três minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Alberto Kopittke, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Lélvio Luzardi Falcão, Presidente do Instituto Amigos do Fórum Social Mundial Porto Alegre - IAFSMPOA, que discorreu sobre proteção e defesa civil. Em continuidade, nos termos do artigo 206

do Regimento, Jussara Cony, Eng^o Comassetto, Reginaldo Pujol e Airto Ferronato manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Após, foi aprovado Requerimento verbal de autoria de Lourdes Sprenger, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quarenta e oito minutos às dezesseis horas e quarenta e nove minutos. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1^a Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 245, 251, 258, 279, 291, 293 e 284/15, este discutido por Rodrigo Maroni, o Projeto de Lei do Executivo n^o 001/16 e os Projetos de Resolução n^{os} 054, 055 e 057/15, este discutido por Reginaldo Pujol; em 2^a Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo n^o 253/15. Durante a sessão, Sofia Cavedon, Reginaldo Pujol, Idenir Cecchim, Eng^o Comassetto, Mônica Leal e Alberto Kopittke manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1^o Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Hoje temos o comparecimento do Sr. Sebastião Melo, Vice-Prefeito de Porto Alegre; do Sr. João Pancinha, Diretor-Geral da Secretaria Municipal de Obras e Viação; do Sr. Tarso Boelter, Diretor-Geral do DEP; do Sr. Antônio Elisandro de Oliveira, Diretor-Geral do DMAE; do Sr. Marcelo Soletti de Oliveira, Diretor Adjunto da EPTC; do Sr. André Carús, Diretor-Geral do DMLU. Informamos que regimentalmente o Sr. Vice-Prefeito e os Secretários terão até 30 minutos para uma explanação inicial e também regimentalmente temos dez inscrições que estão sendo colhidas no plenário, de até cinco minutos cada uma. Depois teremos as respostas. Também convido o Sr. Hélio da Defesa Civil para compor a Mesa.

O Sr. Sebastião Melo, Vice-Prefeito, está com a palavra.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Sr. Presidente, Ver. Cassio, primeiro, quero desejar a esta Casa um bom ano de trabalho, já presidi esta Casa em época de eleição e sei que ela sabe muito bem separar esse processo dos interesses da Cidade. Então, a Câmara não tem faltado à Cidade, tenho certeza que neste ano também será assim. Então, cumprimento V. Exa. e a Mesa Diretora, a todos os Líderes de Bancada, um cumprimento muito especial a nossa aniversariante do dia, a Ver.^a Lourdes Sprenger, que completa hoje mais um aniversário.

Meu Líder, Ver. Kevin, eu recebi um telefonema, na quarta-feira passada, do nosso Líder do Governo dizendo que havia um desejo desta Casa, de vários Vereadores, de que a Prefeitura pudesse se fazer presente para falar sobre a recuperação da Cidade em função do que aconteceu, do vendaval agudo, do temporal forte ou do furacão que aconteceu na nossa Cidade seguido depois de uma grande chuva também. Eu, naquele momento, respondia pela Prefeitura, neste período curto de tempo do

Prefeito Fortunati, e eu disse para ele que só não poderia ser naquele dia, em razão de estar tumultuada a minha agenda, Presidente, mas que estaria à disposição e foi aprazada esta data em comparecimento, e eu aqui estou.

Eu fiz questão de trazer os Secretários, e nesta Mesa não caberiam todos, mas os Secretários que mais envolvidos estão com a recuperação da Cidade. Então, isso é uma demonstração também, Presidente e Líder, do reconhecimento que nós temos por esta Casa, o respeito que nós temos por esta Casa, afinal de contas é um poder independente, é um poder que fiscaliza a Prefeitura, é um poder propositivo. E nós estaremos aqui todo o tempo necessário para informar, responder, sermos questionados; a gente acha que isso é da riqueza do processo democrático.

Bom, eu não vou falar por meia hora, porque eu quero, na verdade, dar oportunidade para que os Vereadores possam nos questionar. Eu vou fazer um breve relato e depois nos colocaremos aqui, tanto eu como os Secretários, à disposição para responder os questionamentos. Eu sei que tem as inscrições, então, eu acho que é muito importante que se respeite esse prazo e esse tempo dos Vereadores.

Resumidamente, Presidente, o que eu posso dizer. Primeiro, é importante salientar que foi um episódio que nunca tinha acontecido na nossa Cidade, Ver. Villela, ex-Prefeito e hoje Vereador. Eu estou aqui há 37 anos, mas conheço bem a história da nossa Cidade. Tivemos enchentes, várias enchentes, uma delas, inclusive, no ano passado em outubro, mas a Cidade nunca tinha passado por um processo tão grave quanto este desta tempestade aguda. Bom, num primeiro momento, só para se ter uma ideia, dos 650 mil pontos de luz da Cidade, 450 mil não funcionaram, ou seja, a Cidade ficou praticamente apagada. Nós temos 6 estações de tratamento de água, Ver. Ferronato, e 89 de bombeamento. Só a estação da Tristeza manteve seu funcionamento, as demais 5 estações ficaram completamente inativas. Eu passei a noite em casa, a bateria do telefone acabou e me socorri dos telefones dos familiares, e às 6h já estava no Centro Integrado de Comando - Ceic. Consegui falar com o Prefeito e com ele comecei a tomar decisões compartilhadas, e o que nós fizemos no Ceic? Uma coisa chamada governança, que é um jeito de fazer as coisas com muita cooperação. Liguei para o Governador, para o Comando Militar do Sul, comecei a ligar para os prefeitos da Grande Porto Alegre, através da Granpal, recebi uma lista de empresas que poderiam ajudar na recuperação, especialmente porque nós não tínhamos, naquele momento, as motosserras necessárias e pessoas para operá-las, e assim começamos a eleger as prioridades das prioridades. Os hospitais, Comassetto, todos eles ficaram sem abastecimento de água, uns tinham reservatórios maiores, outros menores; alguns tinham geradores próprios – portanto esses mantiveram a energia –, outros tiveram problemas, então tivemos que dar prioridades. No que nós focamos, num primeiro momento? Tínhamos que religar a água e a energia elétrica. Então a nossa combinação com a CEEE foi que ela desse força total para que as casas de tratamento e bombeamento de água pudessem ter energia para que a água chegasse novamente à casa das pessoas. Nós contratamos, imediatamente, mais 10 ou 12 caminhões-pipa – depois o Elisandro pode checar isso –, começou a faltar água no Presídio Central, também foi outro problema sério, tivemos que contratar uma jamanta; chamei os hospitais nesse

processo, e não faltou água nos hospitais. Nós trabalhamos fortemente para reabastecer a Cidade de água, de energia, e nós tínhamos umas 50, 60 ruas, às vezes totalmente, às vezes parcialmente obstruídas, e tínhamos centenas de sinaleiras apagadas em razão de não ter energia, por isso o trânsito virou um caos no sábado. Nos parques Farroupilha – a Redenção –, Marinha do Brasil, Maurício Sirotsky Sobrinho, entre outros, vocês sabem o que aconteceu. Só no Parque Marinha do Brasil, nós perdemos – foram danificadas ou caídas – quase mil árvores. Isso também vale para o Parque da Redenção, entre árvores danificadas e caídas. A SMAM vai poder precisar isso, mas a nossa estimativa é que chegaremos à casa das 5 mil árvores, entre perdidas e danificadas. Vejam que é uma quantidade enorme de perda na nossa Cidade.

No final da segunda-feira e na terça-feira, a Cidade estava reabastecida de água e de luz, já não tinha mais ruas obstruídas, mas continuava com muita sujeira, com muitos galhos – continua, em muitas regiões. Então nós estamos elegendo prioridades. Nós chegamos a ter 1,4 mil operários nas ruas, entre os parceiros e o Exército brasileiro, que apresentou 60 soldados.

Nesse processo de governança, nós tivemos também um fato muito importante, Presidente: colocar os apenados a trabalharem. É importante dizer que esta Casa tem convênio com a Susepe, assim como a Prefeitura tem, através de três órgãos – EPTC, Carris e SMAM. A combinação que nós fizemos com os apenados é que eles trabalhariam voluntariamente num primeiro momento e, depois, nós passaríamos às contratações de 60 ou 70 deles pela Prefeitura. Isso já está em processo. Então esses primeiros dias de trabalho foram absolutamente voluntários; eles não receberam nada, mas estão sendo selecionados para serem contratados, por um salário mínimo, pela Prefeitura, por um prazo de 90 dias. Então esse foi um fato também muito importante nesse processo de governança.

Eu também quero dizer que nós chamamos, nos primeiros três dias, todas as operadoras – Net, Oi, Tim –, porque, primeiro, essas empresas prestam um mau serviço à Cidade, porque colocam os fios; os clientes, muitas vezes, se desfazem das suas ligações; e as empresas não vão lá cortar os fios, o que tem trazido enormes problemas para a Cidade. Então nós demos um prazo para essas empresas, também, para que tomem providências para tirarem os fios que já não têm mais ligações com os seus clientes nas suas residências – em toda a Cidade, especialmente nas regiões que foram mais atingidas. O Carús vai poder falar sobre isso, mas acho que, até hoje, nós já retiramos em torno de 7 mil toneladas, nesse episódio, de sujeira da Cidade. Ainda têm muitas e muitas toneladas.

Nós estamos trabalhando fortemente no Farroupilha. Acredito que em mais três, quatro ou cinco dias conseguiremos terminá-lo. Ainda não estamos com a intensidade necessária no Marinha, porque nossos operários estão muito cansados. Teremos que dar um regime diferenciado a eles a partir de sábado, porque alguns estão trabalhando desde o dia 30, praticamente sem parar. E isso não é correto, daqui a pouco pode acontecer um acidente.

Estamos na fase de varrições em muitas ruas. Aquele alagamento que aconteceu no dia 4 não tinha mais acontecido desde a obra da Álvaro Chaves, ali no

Parcão. Sem dúvida alguma, a explicação é a queda de folhas e árvores nas bocas de lobo. Se isso não bastasse, aconteceu a chuvarada na quinta-feira, depois do temporal. Em alguns lugares da Cidade, especialmente no Sarandi, choveu 100ml em pouco espaço de tempo; isso significa chuva de um mês inteiro. Então o arroio Sarandi, Vila Leão, Vila Brasília e Elizabeth tiveram sérios problemas. O Prefeito e eu estivemos lá ainda no domingo de noite, quando tivemos uma reunião. Lá foi anunciado o alargamento do arroio Sarandi, obra que começa em seguida. O DMLU colocou os caminhões caixas para recolher móveis e utensílios que as pessoas perderam. Em razão da chuva, tivemos casas de bombas que não funcionaram. Algumas bombas ainda estão em conserto autorizado desde a última enchente.

Eu poderia ficar falando muito, mas quero ouvi-los. Quero dizer que a Prefeitura, num processo de absoluta governança, cumpriu aquilo que o Prefeito disse - eu naquele momento, tomando decisões compartilhadas com o Prefeito que não estava aqui, e agora ele reassumindo - que, em 15 dias, faríamos uma geral na Cidade. Até amanhã, aquilo que foi assumido, será absolutamente cumprido. Ou seja, podemos dizer que hoje 90% da Cidade está bem encaminhada. Vão faltar muitas coisas. Depois eu quero falar especialmente sobre a questão das árvores – eu estou vendo ali uma faixa. E nós temos dialogado através da Governança com os setores da Cidade, e quero tranquiliza-los aqui, porque sei que a palavra da Governança já foi dada, do Mauro. E nós queremos agradecer muito essa parceria, esse movimento, esse pertencimento. Vamos começar um trabalho de inventariar as árvores da Cidade pela Redenção; estamos desenvolvendo uma tecnologia para isso, vamos fazer isso com o voluntariado, e dando certo, evidentemente, nós vamos fazer por toda a Cidade. É um processo que conversamos ontem no nosso Comitê de Governança e Emergência, e evidentemente, hoje à tarde vocês terão reuniões sobre isso. E vocês são muito bem-vindos nesse processo. Essas árvores que estão caídas, e os tocos que estão lá, nós temos que trabalhar depois o replantio. Mas esse é um processo em seguida.

Eu queria dizer da enorme alegria de voltar a esta Casa, em que tive a honra de pertencer por três mandatos. Colocamo-nos à inteira disposição para dialogar, ouvir atentamente, para receber sugestões, receber críticas. Acho que as críticas são bem-vindas, mas as sugestões também são bem-vindas, porque em episódio como esse, é nas crises que a gente tem que tirar lições; aprender. A nossa Cidade tem uma capacidade de resiliência forte, de cooperação forte, e ela demonstrou isso. Se não fosse isso, eu poderia dizer o seguinte: Isso não aconteceu só no nosso governo. Ao longo da história, dos 243 anos da cidade de Porto Alegre, ela foi construindo a sua resiliência, e, portanto, ela tem essa capacidade de recuperação. Se não fosse isso, quem sabe, nós não estaríamos no estágio depois dos 11, 12, 13 dias que passaram, a gente não estaria no estágio em que estamos.

Então, Presidente, são as minhas manifestações iniciais, e a partir de agora, eu quero ouvi-los atentamente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do Secretário Municipal do Meio Ambiente, Mauro Moura, que já se encontra na Mesa, também. Eu preciso fazer um registro, antes de começarmos as inscrições, que no domingo, dia 31 - domingo imediatamente posterior ao ocorrido, na sexta-feira, dia 29 de janeiro – no meio da tarde me ligou o Vice-Prefeito Sebastião Melo, Prefeito em exercício naquele momento, pedindo para comparecer na Sessão prevista para o dia 1º de fevereiro, que seria a nossa primeira Sessão deste ano Legislativo. Naquele momento, nós já havíamos cancelado a Sessão do dia 1º, tendo em vista as informações que estávamos sem energia na Casa, sem previsão de retorno da mesma e também estávamos sem rede lógica. Então dissemos que não teríamos Sessão, e ele se colocou à disposição para quando fosse necessário. A oposição encaminhou um requerimento na quarta ou quinta da semana passada, e foi acordado, com a Liderança de Governo, este comparecimento de hoje.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Cumprimento o Vice-Prefeito Sebastião Melo, todos os Secretários, os órgãos aqui representados – lamento que não tenha mulheres aqui também, não os desprestigiando, mas preciso fazer este registro. Quero cumprimentar os Vereadores e as Vereadoras, o movimento social, os ativistas pelo nosso verde, pela nossa ambiência, em especial, a Agapam e a sua diretoria, que aqui acompanham este momento; quando nós tomamos a iniciativa, a Bancada do PT – o Comassetto, o Mauro, o Kopittke e o Sgarbossa –, foi fazendo a leitura de que era muito importante abrir este espaço no Parlamento. Já sabíamos que o movimento tinha sido recebido pela Prefeitura, mas entendemos que esta Casa, nas suas diferenças, esteve presente em muitos lugares, tem contribuições, tem debates sobre legislação, sobre gestão, então, eu quero louvar o pronto atendimento do Governo e a possibilidade, inclusive, da mudança da hora de reunião, para que vocês possam continuar a ter uma interlocução direta no final.

Aqui nos cabe ajudar no debate e levantar questões. Se, de um lado, nós queremos concordar que foram eventos extraordinários, que não vieram isoladamente, que há uma mudança climática importante na Terra, que nós teremos esses eventos e que precisamos pensar em incorporá-los no planejamento das nossas cidades, no trato e na gestão do nosso verde, nas edificações, no futuro da Cidade. Então, eu falarei sobre duas dimensões. Se de um lado nós queremos saber mais a miúdo se nós temos um inventário do enorme trauma que sofreu a nossa vegetação urbana, pois nos orgulhamos de ter mais de um milhão de árvores, nos orgulhamos dessa ambiência única da cidade de Porto Alegre, de outro lado temos que saber tudo que passou a população ao ficar sem água e sem luz. Há uma dor do outro lado, que sentimos e que está retratada naquelas árvores decepidas, com partes caídas, imensas árvores arrancadas, levantadas e deitadas no chão desta Cidade. Vemos que a Cidade precisa conhecer a sua arborização – o nosso Vice-Prefeito já indicou esse caminho –, nós precisamos saber quais as maiores incidências e a maior responsabilidade, a tipologia das árvores, se estamos lidando bem com a poda, com a gestão, com o acompanhamento da saúde

dessas árvores. Sabemos, e é uma questão específica, que há uma divergência, que não há uma definição de gestão de limpeza e manejo de praças e parques entre SMAM e DMLU. Queremos saber se o Governo definiu isso, de quem é essa responsabilidade, qual a qualidade técnica, quantos técnicos da SMAM e também do DMLU, onde há muito tempo não tem concurso público para terem um quadro próprio qualificado. Sabemos que as ações nessas áreas de saneamento estão muito terceirizadas, grande parte está, em especial na limpeza urbana, na poda, no manejo da arborização estão terceirizados. Qual é a capacidade, o grau de acompanhamento técnico e qualificado dos nossos quadros, tanto para prevenção e manejo quanto para o tratamento pós-desastre? Quantas árvores – pergunta o Movimento – puderam ser recuperadas por não estarem mortas, por terem apenas uma parte caída? Quantas e como estão sendo tratadas essas árvores? Há uma motosserra, sim, para limpar os espaços, há uma orientação e um acompanhamento técnico buscando a recuperação e a manutenção delas. Perguntamos: como e de que jeito o cidadão e a cidadã podem colaborar? Não há orientação. E a cidadania de Porto Alegre, por mais que se preocupe com a falta da água e da luz, quer saber do seu arvoredo, quer plantar, está se voluntariando para ajudar a limpar, mas precisa de orientação...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...Estão dizendo que é necessário que a Prefeitura – essa é uma construção que o Movimento também traz para nós, porque aqui também representamos o debate para além desta Câmara – faça uma construção cidadã dessa intervenção dos homens e mulheres na nossa Cidade.

E para falar, no final, de saneamento, do aguaceiro, nós entendemos que há uma situação grave de manutenção, desde de boca de lobo, canais, bombas, tratamento de esgotos. Queríamos ter um quadro mais claro de como está o comportamento do socioambiental e principalmente a manutenção, a limpeza permanente de todo esse escoamento da Cidade, porque, de fato, a Cidade está alagando sobremaneira, não apenas nessa grande chuvarada. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra.

O SR. ELIZANDRO SABINO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Primeiro, gostaríamos de enaltecer a atitude do Vice-Prefeito no sentido da presença aqui, nesta Casa Legislativa, a fim de trazer resposta a questionamentos que serão apresentados aqui pelos colegas Vereadores e, ao mesmo tempo, fazer a exposição no que diz respeito ao evento ocorrido e às ações do Executivo Municipal, a fim de

reparar e trazer soluções de forma planejada. Eu, pessoalmente, tive a experiência de uma prima que vinha da Austrália, e o horário do voo era bem na hora dos fortes ventos; um pouco antes de chegar em Santa Catarina, o capitão da aeronave anunciou que teria que retornar a São Paulo em virtude do indicativo da impossibilidade de, obviamente, pousar no aeroporto, pela falta total de segurança. Familiares haviam se deslocado ao aeroporto, e a expressão ao telefone era de verdadeiro terror, pavor, diante das cenas vivenciadas. Ao longo daquela madrugada nós fomos vivenciando isso nos WhatsApps, nas publicações, no levantamento jornalístico.

Não sejamos nefelibatas a ponto de imaginar que essa situação estava dentro de uma previsão. Os países do Primeiro Mundo que já enfrentam grandes desafios no que diz respeito a ventos fortes, tempestades, tornados, em algumas circunstâncias, ainda que anunciadas, não conseguem dar conta da forma avassaladora, destruidora desses eventos. A bem da verdade, Vice-Prefeito e Secretários que aqui estão, como o Líder do PTB, Ver. Paulo Brum, também o nosso Presidente, Ver. Dr. Goulart, nós queremos e precisamos pautar uma palavra de parabenização à forma da ação do Executivo Municipal, por ocasião V. Exa. representando o Prefeito, que, por impossibilidade anunciada não pode retornar, mas o contato permanente foi estabelecido e as ações planejadas de forma que fosse se escalonando o que era prioritário no momento. Inclusive V. Exa. nos mais diversos depoimentos e ações, quando ao vivo nas emissoras de televisão, trouxe tranquilidade e segurança à população porto-alegrense, que foi muito importante naquele momento, porque havia uma sensação de insegurança, uma preocupação na Cidade, principalmente nas zonas mais centrais que foram extremamente destruídas. Então, essa sensação de segurança, através de sua fala, trazendo também a ideia de ações prioritárias e quais eram as prioridades, aqui, deve ser elogiada. Então, venho a esta tribuna no sentido de parabenizar V. Exa., mas também as ações do conjunto dos Secretários, porque as Secretarias foram mobilizadas; elas foram intercaladas no início de um feriadão, não houve feriadão para ninguém: todos que estavam viajando retornaram...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ELIZANDRO SABINO: ...Para concluir, Sr. Presidente, os que não estavam viajando, estavam presentes de forma ativa e trazendo uma verdadeira demonstração de solidariedade na cidade de Porto Alegre. Portanto, parabéns aos Secretários, parabéns ao Vice-Prefeito pela ação em prol da nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra.

A SRA. JUSSARA CONY: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu quero cumprimentar, de uma forma muito especial, Sr. Vice-Prefeito, os trabalhadores do Município de Porto Alegre, os servidores públicos, que se revelam sempre estratégicos em políticas públicas e, sem dúvida nenhuma, neste momento, se revelaram fundamentais para o enfrentamento do momento que a cidade de Porto Alegre viveu. Não posso também de deixar de constatar, em nome do meu Partido, aquilo que nós cremos. Nós cremos que o Prefeito Municipal está muito ausente na gestão da Cidade; esteve ausente nesse processo, isso não quer dizer que o Vice-Prefeito, os Secretários e os Diretores não tomaram as providências, mas eu considero um descaso com o povo de Porto Alegre. Como disse o Vice-Prefeito, aprende-se muito em momento assim, inclusive sobre o que deveria ser feito para além do momento de uma catástrofe, mas no cotidiano de uma cidade. Acho que nós estamos no momento de ver aquilo que aprendemos o que fazer, porque há muito a fazer. Sob a ótica, por exemplo, do controle ambiental, a poda regular, tem de haver monitoramento. Vou pegar as podas regulares como uma das maiores demandas que existe na Cidade. As árvores mais atingidas foram as árvores antigas. Na Redenção nós já tivemos morte sem temporal. Há muitas denúncias sobre a falta de poda. Há deficiências na gestão que vão se acumulando. A SMAM está lotada de pedidos e não está dando conta. Então, nós temos que superar isso porque nós vimos o que significou, nesse temporal, nessa catástrofe, a questão das nossas árvores. Se não há monitoramento – e acho que é disso que se trata, não somente analisar, mas trazer propostas –, não pode haver ação concreta. Nós temos que ter uma política efetiva de alerta e monitoramento de desastres naturais. E eu digo isso com a experiência que tive como Secretaria Estadual de Meio Ambiente no Governo Tarso. Nós fizemos essa política em articulação com o Ministério Público do Meio Ambiente e com a Agência Nacional de Águas. Então é uma proposta concreta, uma articulação da Prefeitura com o Ministério do Meio Ambiente, com a Agência Nacional de Águas e outras agências, com o Governo do Estado, que não pode abandonar a política herdada do governo anterior, que foi muito efetiva e que tem que continuar nessa articulação política de todos os entes federados.

Sob a ótica da mobilidade urbana: qual é o plano de mobilidade urbana dentro da política Municipal de reforma urbana? Porque ele está dentro dessa política. Independentemente da chuva ou de outras intempéries, a Cidade esgota a sua capacidade no que tange à mobilidade urbana. Já efetuamos e apresentamos, na audiência pública do Tesourinha sobre a discussão do transporte público, uma série de propostas. Não vimos resultados. Vamos enviar novamente como Bancada do PCdoB.

Outra vertente é o não cumprimento da Lei nº 2.010, Prefeito, a Lei Municipal que prevê que os cabeamentos de comunicações em TVs a cabo, luz, telefone, sejam subterrâneos. Essa lei é uma lei importante, uma lei que tem que ser cumprida. O Vice-Prefeito informa que já chamou às reuniões as empresas. Eu acho isso importante, mas qual é o plano para aplicação dessa lei? Nós temos que ter urgentemente um plano para aplicação dessa lei. A Câmara Municipal deve-se colocar à disposição para o cumprimento da lei dos contratos advindos das empresas, nós temos o poder fiscalizador junto com a sociedade.

Eu não obtive resposta de vários Pedidos de Informações e vou enviá-los novamente, exatamente discutindo questões como esgoto, mobilidade e saúde.

E, por fim, quero chamar atenção para o fato de que esta Casa, através de nossa autoria, colocou um projeto de criação do Conselho Municipal das Cidades, que é lei, fizemos uma articulação política, ainda não tivemos resposta, retiramos o projeto, Vice-Prefeito, por articulação política. Porto Alegre tem que ter um Conselho Municipal das Cidades, porque com ele nós vamos fazer com que a gestão seja mais efetiva, numa articulação política com a cidade de Porto Alegre, as suas entidades partícipes do conselho...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. JUSSARA CONY: ...porque é o momento de questionar a necessidade do Conselho Municipal. Porto Alegre é referência sob o ponto de vista de participação popular. Nós sabemos que há vários conselhos, mas o Conselho Municipal das Cidades é lei, sem ele não vamos fazer reforma urbana, não vamos fazer monitoramento, não vamos fazer com que a Cidade, através das suas entidades representativas, seja articuladora de políticas públicas que devem ser cumpridas e fiscalizadas por esta Câmara Municipal. Esta é a opinião do Partido Comunista do Brasil.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

O SR. AIRTO FERRONATO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Falo em meu nome, em nome do PSB e em nome do Ver. Paulinho Motorista, nosso Líder de Bancada. No sábado, imediatamente após o temporal, fiz uma visita a esta área da Cidade Baixa, do entorno da Câmara, do Parque Marinha do Brasil, da Redenção, e só ali deu para compreender a extensão do que havia acontecido na cidade de Porto Alegre. Meu querido Tarso, eu tive a oportunidade, como o amigo, de ter sido Diretor-Geral do DEP, e nós sabemos muito bem o que é um evento de precipitação de águas num período curto. Nós sabemos o que é tratar só de uma parte do contexto de tudo aquilo que aconteceu na cidade de Porto Alegre. Eu diria que a tragédia poderia ter sido ainda maior em razão da quantidade de árvores que caiu aqui na Cidade e em razão desse emaranhado de fios e cabos dependurados por aí. Por isso, meu querido Vice-Prefeito Melo, V. Exa. agiu com bastante profundidade quando passa a exigir a retirada desses fios e cabos inservíveis.

Quero lhe dizer que a Lei nº 11.870/15, de minha autoria, aprovada pela Câmara e já lei em Porto Alegre, diz que as empresas e as concessionárias que fornecem

energia elétrica, telefonia, banda larga, televisão a cabo ou outros serviços por meio de rede aérea estão obrigados a retirar os fios excedentes e não usados dos postes. Portanto, temos uma lei em Porto Alegre. Vossa Excelência anda no caminho bastante certo quando dá um prazo para fazer isso, e que seja urgente.

Porto Alegre tem no DEP um órgão que, particularmente, o Brasil inteiro não tem. Temos o DMAE, que é uma referência nacional, temos o DMLU, prestando um serviço de altíssima qualidade. Nós temos a SMAM, que foi a primeira Secretaria do País. O problema foi o tamanho da catástrofe que ocorreu e a dificuldade que se tem de tomar essas providências.

Portanto, eu acho que nós precisamos cumprimentar a cidade de Porto Alegre pela presteza com que esteve presente, cumprimentar as nossas entidades que atuam – e os senhores e as senhoras que estão conosco, procede bastante bem a ideia de que a árvore caída não é morta -, cumprimentar os servidores do Município de Porto Alegre, porque sei que toda vez que acontece algo dessa extensão, os servidores estão atentos, ágeis, e atuantes. E também precisamos cumprimentar, sim, com muita ênfase, a atuação do nosso Comando, capitaneado pelo nosso Prefeito em exercício, Sebastião Melo. Eu tenho certeza, minha cara Jussara Cony, que o nosso Prefeito Fortunati estava atento, mesmo ausente de Porto Alegre, até porque confia muito no nosso querido Vice-Prefeito Sebastião Melo.

Faço dois alertas aqui. Primeiro, moro na Av. Nilo Ruschel nº 100, bairro Protásio Alves, antiga Vila Margarida. Tenho absoluta certeza de que, se agora de tarde der uma pequeníssima ventania ou um vento um pouco mais intenso, meus caros Secretários, vai faltar luz no bairro. A questão que a vizinhança aponta, e com bastante profundidade, é a falta de poda de árvores, e compreendo a importância que é o manejo da árvore, até pela importância que a árvore tem na cidade de Porto Alegre, mas é preciso dar uma olhada. É absolutamente certo que, se chover, se der um pequeno vento, o nosso bairro todo fica sem luz.

Segundo alerta: eu estava na Rua Riachuelo, na semana passada, quinta-feira, e tinha uma árvore caída, eu acredito que era uma tipuana, ela tem uma raiz profunda, e estava com a raiz completamente apodrecida...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. AIRTO FERRONATO: ...Só para dizer da relevância que é uma avaliação da situação das árvores no Município de Porto Alegre. Obrigado, um abraço e parabéns a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERANDA MELCHIONA: Boa tarde a todos e a todas. Eu queria agradecer ao Ver. Alex Fraga, falo em nome da Bancada do PSOL. Boa tarde, nossos ativistas, Agapam, Cidade que Queremos, sempre presentes na luta em defesa da nossa Cidade. Temos a presença do Vice-Prefeito, dos Secretários para este debate tão urgente.

Eu queria fazer três questionamentos embasada na ideia de que, infelizmente, em função da lógica capitalista predatória, que tem levado a humanidade a viver o aquecimento global, um dos temas que será alterado no Rio Grande do Sul, na Região Sul do nosso País, é justamente a incidência deste tipo de fenômeno. Muitos cientistas, ativistas, têm falado que, enquanto temos a possibilidade de savanização da Amazônia, de perda de espécies marinhas, no caso do Rio Grande do Sul, nós temos a tendência de aumento de furacões, ciclones e intempéries desse tipo. E é sempre importante começar este debate, porque tem justamente a ver com o modelo de cidade que está sendo construído com uma lógica de facilitação, de um lado, de aumento das poluições, e, por outro, da necessidade de um plano de emergência. Nós precisamos ter um protocolo e um plano de emergência que concatenem a Cidade para atuar em situações como essas. E este plano de emergência passa pela atuação e por uma organização que permita a série de ações necessárias do Poder Público para garantir que as pessoas não fiquem sem água e sem luz. Nós temos, por exemplo, a necessidade de ter geradores nas estações de bombeamento do DMAE, porque a gente sabe que muito que a falta de água veio da ausência da rede de infraestrutura para garantir que, ao faltar luz, não faltasse água, como nos hospitais, mas, também, passa pela prevenção.

O sucateamento da SMAM com a ausência de concurso público desde 1993, não garante o manejo das árvores saudáveis e, ao mesmo tempo, não garante que as intempéries do clima não afetem a nossa arborização e a vida dos porto-alegrenses. A SMAM está há mais de 20 anos sem concurso e isso tem gerado a terceirização. Queremos perguntar qual é a empresa terceirizada responsável. Queremos perguntar qual é o tipo de poda que é feita; se é feita nos momentos corretos e adequados para que essa árvore sobreviva; como é feito esse plano de manejo. Nós queremos perguntar o valor dos contratos, porque temos a convicção de que é necessário fortalecer o serviço público e acabar com uma lógica de terceirização, que é o desmonte da qualidade do serviço. Nós queremos perguntar como é feito o plantio, Presidente Leonardo, das árvores. Lutzenberger falava que a Prefeitura não pode plantar árvores sem olhar para cima, porque é óbvio que determinadas espécies, como a paineira, vão crescer, e, se tiver redes de fios, vão atingir as redes de fios e, naquele lugar, é melhor plantar outra árvore, como uma pitangueira, e a paineira do outro lado da rua para garantir a nossa arborização e garantir uma política de prevenção.

Nós precisamos ter a cobrança das nossas leis já aprovadas. A Ver.^a Jussara se referiu aqui à Lei nº 10.337, cuja regulamentação era prevista para 90 dias. Passaram-se oito anos. A lei é de 2007. O Centro já era para ter fiação subterrânea na telefonia, na energia, na TV a cabo; nas praças, nos parques, e também nas ruas adensadas. E até hoje ela não saiu do papel. A lei permite à Prefeitura, Vice-Prefeito Sebastião Melo, multar em até 90 mil as operadoras que não cumprirem a lei de Porto Alegre, garantindo

que essa fiação subterrânea preserve a vida, preserve toda essa nossa rede de infraestrutura para que os porto-alegrenses não fiquem cinco dias – em alguns casos – sem água e sem luz, como vimos nesse período.

Queria também cumprimentar os municipais da nossa Cidade. Acho que é sempre importante a nossa Cidade solidária, a rede que se formou e a necessidade de a gente, nesse plano de emergência, propor a criação, nos bairros, de brigadas populares de voluntários com formação para atuar nesses casos. A nossa Cidade tem experiência de participação, a Cidade quer discutir.

Por fim, com relação aos Pedidos de Informações, nós também estamos tendo muita dificuldade com a Prefeitura na demora das respostas. Entrego em mãos ao Vice-Prefeito Sebastião Melo um Pedido de Informações sobre Porto Alegre Resiliente, esse projeto que a Prefeitura fez com a Fundação Rockefeller, e eu quero fazer perguntas sobre esses R\$ 8 milhões que já foram recebidos, se é verdade que isso não passa pelos cofres públicos, como foi anunciado pela imprensa; quais foram os projetos já executados com os R\$ 8 milhões já recebidos pela Prefeitura de Porto Alegre, porque uma das cláusulas refere que é para prevenir intempéries e outra diz que é para desenvolver o meio ambiente e as questões de saneamento. Nós queremos saber qual é o cronograma de execução dessas obras; nós queremos saber que tipo de controle social vai gerenciar esse montante de R\$ 28 milhões. A cidade de Porto Alegre quer saber onde serão gastos e quer saber de que maneira o povo vai poder não só controlar, vai poder decidir e qual é o critério de uso que tem sido desenvolvido pela Prefeitura. Confesso que eu fiquei bastante preocupada – bastante preocupada – quando ouvi que esses recursos não passam pelos cofres públicos da Prefeitura e queremos saber, então, que fundo vai gerenciar esses recursos, os R\$ 8 milhões que já foram recebidos e os R\$ 20 milhões que vêm por aí, que são resultado de uma parceria com a cidade de Porto Alegre. Portanto, a cidade tem o direito de saber onde está cada centavo desse dinheiro e, ao mesmo tempo, saber se não há contrapartidas do nosso Município que interfiram na nossa soberania, na nossa democracia e na nossa capacidade de escolha.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

O SR. IDENIR CECCHIM: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu vejo nesta Mesa um verdadeiro Governo de coalisão, um Governo que trabalha junto e que faz reuniões, e não precisou dos tais de Conselhões que existiam no Governo do Estado e lá no Governo Federal; Conselhos que não deram conselho nenhum. O importante é ter um Conselho que, quando precisa, trabalha unido, e aqui está o Governo que faz isso. Eu quero cumprimentar a oposição também, por fazer cobranças. A oposição tem razão de fazer cobranças, mesmo que algumas cobranças duvidosas sejam para compensar o susto que levaram quando viram que o Governo estava funcionando bem, quando viram que o Governo Municipal foi rápido, unido,

sério e, sem fazer pirotecnias, foi atendendo o que era necessário. Vejo aquela faixa lá: “Árvores caídas não estão mortas”. Uma pena que esta faixa não foi colocada na frente daquelas residências que tiveram árvores podres caídas em cima das casas, essa faixa devia estar lá para explicar às pessoas por que as árvores podres caíram em cima da casa deles. Mas que bom que vocês apareceram quinze dias depois, eu esperava já no outro dia. E já cobrei aqui: cadê os ecologistas que não estão ajudando a recuperar a Cidade?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Vir aqui num dia de sol é fácil! Queria ver vocês lá, trabalhando. Isso vocês não fazem. Nunca fizeram, aliás, só sabem fazer fotografia e faixa. Eu queria ver vocês lá, mas que bom que vocês estão aqui. Eu estava com saudade de uma vaia fraca como a de vocês, e sem razão. Uma vaia furada.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu quero falar aqui das coisas boas que aconteceram na Cidade apesar de vocês. Apesar de vocês, o Governo trabalhou e fez o que devia fazer, e faz o que deve fazer. E eu vejo que é muito mais fácil vaiar das galerias do que ir lá com a faixa na frente da casa de quem estava sem luz.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Olha que grito bom. Então, vamos deixar assim. Eu não vou mais dar minuto de fama para vocês. Vamos conversar sobre coisas sérias, de quem é responsável. E vocês também são responsáveis, muitas coisas boas foram feitas graças a vocês.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu até parei de falar, porque respeito a opinião de todo mundo e espero ganhar esse tempo aqui.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Muito bem, estamos entendidos agora.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Retomando, Sr. Presidente, eu espero sinceramente que vocês ajudem a compensar as árvores que o tempo derrubou. Muito bem, façam isso. Eu posso entrar com algumas picaretas e algumas coisas e ajudar também a plantar árvores. Acho importante a vinda do Governo aqui, não se

escondendo. E acho importante a oposição fazer cobranças, Ver.^a Fernanda. É assim que se trabalha, o Governo tem que ter cobranças, tem que haver oposição, é saudável a oposição, por mais duro que seja o discurso, eu respeito. E tenho que respeitar, sou um Parlamentar, Ver. Mendes Ribeiro. Por quê? Se as pessoas reclamam, a grande maioria das vezes tem razão, e o Governo aproveita as críticas para não errar mais...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. IDENIR CECCHIM: ...E o nosso Governo fez isto: trabalhou, fez o que deveria fazer e está aqui para ouvir sugestões e até orientações às vezes. São bem-vindas as boas orientações e as boas sugestões. Parabéns ao Governo, parabéns, Sebastião Melo, que foi um grande timoneiro e nunca deixou de dizer que estava em nome do Prefeito fazendo essas ações. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Eu gostaria de solicitar aos nossos companheiros da plateia que, quando um Vereador estiver na tribuna, por favor, respeitem o orador, independente de seu matiz. Este Presidente assegurará sempre o tempo do Vereador na tribuna, independentemente do Vereador.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, eu apenas quero, em nome da Bancada do PT, não falo em nome da oposição, dizer que o Ver. Cecchim se referiu de maneira agressiva, desrespeitosa com o Movimento, cobrando uma atitude que o Movimento teve. O Movimento foi para a rua a pedido da Prefeitura; não agiu, porque a Prefeitura informou que havia risco e que não tinha como orientar ainda. Então, não é possível que a sociedade vem aqui, Ver. Cecchim e Presidente, assim como a sociedade deve respeitar nossa fala da tribuna, nós, que temos o poder do microfone, ficarmos agredindo, porque foi desrespeitoso, agressivo dizer que eles não foram na frente das famílias que estavam sem água. Isso não é forma de tratar a cidadania que nós aqui representamos.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, é inadmissível que uma colega nossa queira tolher a manifestação de um colega nosso. A todos é assegurado o uso da tribuna para colocarem as suas posições da forma adequada. Se há pessoas que não gostam, isso faz parte do jogo democrático. Agora, o que é inadmissível é que alguém se eleja como “corregedora geral” da Câmara e pretenda inibir as manifestações daqueles que pensam diferentemente dela. Isso não é possível, Sr. Presidente, aí é desmoralizar a Casa na tentativa de se tolher um de seus integrantes do seu mais legítimo direito conquistado no mandato popular que é o de externar desta tribuna as suas posições e as suas opiniões. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu acho que é do costume da Ver.^a Sofia fazer essa demagogia, ela sempre fica valente quando está na frente do seu público. Quero dizer que não será ela que vai me corrigir, eu não retiro uma palavra do que eu disse e não acho que fui desrespeitoso; desrespeitosa é a Ver.^a Sofia que acha que sabe defender Porto Alegre como um todo. Coloque-se no seu lugar de Vereadora, como eu sou, e respeite os outros que falam. A senhora não respeita a palavra dos outros, muito menos da sociedade, então fique no seu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, prezado Vice-Prefeito, cumprimento toda a Mesa, colegas Vereadores e Vereadoras, entidades aqui presentes, quero iniciar a minha fala aqui, prezado Vice-Prefeito, cumprindo um papel constitucional, institucional e de respeito ao senhor e a esta Mesa que aqui estão, porque este é o papel de qualquer tribuno: ter respeito a quem aqui está, seja no plenário, seja na Mesa.

Quero dizer que a fala que preparo aqui não é de elogio, porque elogios todos recebemos e fazemos em todos os momentos, mas é de analisar, à luz dos acontecimentos, quais são os principais problemas e como podemos superá-los. Quero cumprimentá-lo pela atitude – a sua, individual, e a da sua equipe – no que diz respeito à disposição que tiveram de enfrentar o problema. Mas não é isso que está em discussão. O que está em discussão aqui são catástrofes, como a enchente que houve em março do ano passado ou como a de outubro deste ano, que deixou no mínimo 15 mil famílias desabrigadas em Porto Alegre, ou como essa catástrofe que houve na sexta-feira, dia 3. Isso sempre aconteceu e acontecerá, o problema não é esse; o problema é que, no nosso ponto de vista, a gestão de Porto Alegre falha, e vou aqui justificar as razões pelas quais quero fazer esta fala. A primeira delas é que já existe, desde 2010, a Lei nº 10.680, que instituiu um plano nacional de emergência e de defesa civil, de acordo com o qual todos os municípios teriam que ter elaborado, no prazo de um ano, o seu plano, e Porto Alegre ainda não fez a sua tarefa. O esforço que o senhor disse que teve para, no domingo, conseguir ter toda a equipe montada, no momento de dar um alerta como esse, de imediato, já teria que saber todas as entidades municipais, estaduais e federais, como é que se mobiliza a sociedade civil, quais são as primeiras notícias e orientações para a sociedade civil, inclusive em relação aos diversos riscos de vida que passaram a ocorrer; mas isso não aconteceu. Por que não aconteceu? Porque Porto Alegre não tem o seu plano municipal de emergência e de enfrentamento de catástrofes! Esse é o primeiro ponto que nós queremos debater aqui. Existe lei nacional, existe estrutura nacional, existe recurso nacional, existe política nacional; agora, os municípios têm que fazer a sua tarefa. Estou falando isso porque já falamos aqui desta tribuna, em outras ocasiões, cobrando que isso fosse feito, e aí, sim, a coordenação do Executivo Municipal comandaria esse exército de fácil mobilização. Agora, na véspera de um

feriado, no meio das férias, numa sexta-feira, às 22h, o senhor sabe a dificuldade que teve de encontrar, inclusive, as pessoas do próprio Governo.

Segunda questão: há problemas de gestão, sob nosso ponto de vista. A postura adotada pela gestão é terceirizar, a Prefeitura está toda terceirizada. Quanto maior a terceirização, menor é a qualidade da execução dos serviços. Essa é uma constância que existe. Aqui vou dar alguns exemplos para o senhor: cobrei desta tribuna nos alagamentos de março e nos alagamentos de outubro, que o DEP, por exemplo, tem os serviços de limpeza terceirizados, paga para fazer as limpezas de bocas de lobo. As empresas vão lá, não limpam e recebem. Esse dinheiro vai pelo ralo. Por que isso acontece? A Cidade espera essas respostas e não as obtêm.

Terceiro: por que não um plano de inovação tecnológica e de gestão da cidade de Porto Alegre? Por que nós já não temos determinação para a nossa fiação ser enterrada em todas as obras novas? O nosso Plano Diretor de Arborização Urbana, Mauro, praticamente caducou por não ter mais quadros que façam a sua gestão, a não ser quadros terceirizados, que são transitórios – um sabe manejar motosserra, outro não sabe. Eu poderia dar muitos outros exemplos aqui.

Quanto ao DMAE, R\$ 50 milhões para as casas de bombas, para os geradores? Nós precisamos de R\$ 50 milhões para os geradores de casas de bombas. Isso não é priorizado, porque nunca aparece em um plano de emergência como uma prioridade da Cidade, e isso está relacionado a gestões. Olhem a falta de gestão que tem em Porto Alegre. São 17 obras que temos; constroem e quebram. Quantos aditivos foram feitos e quantos R\$ 50 milhões já foram gastos? A falta de geradores no DEP e no DMAE já poderia ser resolvida. O desmonte das equipes das áreas de risco da SMAM é uma realidade. As determinações judiciais não cumpridas pelo DEP, na Ponta Grossa, no IPE 1, no IPE 2, enrolam de um ano para o outro. A diminuição da coleta seletiva na cidade de Porto Alegre, a falta de podas nas estradas e uma secretaria empurrando para outra. Eu tenho elencado mais de dez itens que consideramos importantes, e quero lhe passar, porque é tema de debate aqui e tem que ter uma unidade de ação em casos como esses. O que acontece de bom na Prefeitura não é da gestão pública, é da cidadania. Um grande abraço a todos e contem conosco para consertar aquilo que for necessário.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Vice-Prefeito Sebastião Melo, peço licença aos demais componentes da Mesa, anteriormente nominados, para cumprimentar a todos, porque o meu tempo aqui é ouro e são tantas as coisas a falar. Eu escutei atentamente as diferentes manifestações na tribuna, e algumas coisas não podem deixar de ser pontuadas respeitando todos aqueles que estão aqui, que utilizaram a tribuna ou mesmo aos que de alguma forma tentaram se expressar. Eu sempre penso

que é um aprendizado, que é uma forma de contribuir. Mas, Comassetto, principalmente na tua fala, quanto a fiação interna, plano de emergência à cidade, podas e plantios, nenhuma levou em conta, em nenhum momento, que o PT administrou a Cidade durante 16 anos. A coisa não começa aqui, há quatro anos, de uma maneira muito simples. Eu quero provar isso para os senhores e senhoras. O meu pai foi Vereador nesta Casa, presidiu a COSMAM. Na semana que passou, eu estava organizando um material dele, por uma questão de mudança – e já quero avisar aos senhores e senhoras que o edifício onde eles moram foi tremendamente afetado, três apartamentos pegaram fogo, uma fatalidade, uma árvore caiu em cima do prédio, levando fios, e incendiou três apartamentos abaixo. E aí eu me surpreendo, Ver. Comassetto, porque nós estamos juntos, todos, neste mutirão, nesta preocupação; e aqui vem: “Pânico em bairros de Porto Alegre, devido a alagamentos”. Uma das maiores preocupações dos moradores desses bairros, conforme Sonia Santos, refere-se aos problemas causados pelas chuvas. Ruas como a Teixeira Mendes e Nilo Peçanha transformaram-se em verdadeiras armadilhas, onde, nos últimos 15, anos quatro pessoas morreram. Vejam bem: não foi um tornado, não foi uma forte tempestade, foi uma chuva que alagou várias vezes um determinado ponto do bairro.

O Sr. Dr. Thiago. V.Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigado, Ver.^a Mônica Leal, eu agradeço o aparte e quero lhe dizer que recebi, depois dessa situação toda e desse evento natural que ocorreu, diversas comunicações, inclusive, para o e-mail da nossa Comissão, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, e todos avocavam o que já foi aqui falado pelo vice-Prefeito e por alguns Vereadores. Eu acho importante que nós também possamos fazer a nossa mea-culpa. A Lei nº 10.337, de 28 de dezembro de 2007, da Ver.^a Neuza Canabarro, é a que dispõe do uso de redes de infraestrutura exclusivamente subterrâneas para transmissão de energia elétrica, telefonia, comunicação de dados de fibras óticas, de televisão, enfim, diversos cabeamentos. Nas regiões mais afetadas por esse desastre, ela já prevê isso, e prevê com ônus para as operadoras de telefonia e outras autarquias. Eu, com a sua ajuda, vou trazer essa pauta em uma das primeiras reuniões da nossa Comissão de Defesa do Consumidor, para podermos discutir e pressionar as operadoras. Conto com a ajuda, Vice-Prefeito, dos órgãos da Prefeitura, para que, juntos, possamos botar em vigor esta lei, a Lei nº 10.337, de 28 de dezembro de 2007. Acho que mais importante do que um litígio entre situação e oposição é a gente priorizar – todos nós – a Cidade. Obrigado.

A SRA. MÔNICA LEAL: Muito bem colocado, Vereador! É a união de forças, independente de siglas partidárias que vai nos possibilitar atuar de maneira que Porto Alegre não sofra mais os danos que teve nos últimos dias.

Voltando à questão do passado, quando o meu pai foi Presidente da COSMAM - só levar ao conhecimento de vocês -, segundo a comunidade, em 12 de maio de 1999, o desabafo foi que bastavam 15 minutos de chuva forte para que essas ruas alagassem, trazendo risco de vida, inclusive mortes.

Como jornalista, eu quero relatar a vocês que eu me pego muito em dados. Não basta eu acordar e achar que é isso, não, eu fui pesquisar. E vejam bem: o que é que disse a MetSul sobre o que ocorreu em Porto Alegre? Quando eu conversei com o Ver. Beto Moesch, que foi Secretário do Meio Ambiente, debati esse assunto das árvores, e ele me disse uma frase muito interessante: Mônica, Porto Alegre tem que cobrar das instituições responsáveis pelo clima, pelo tempo...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. MÔNICA LEAL: ...Por que não foi prevista essa tempestade tão intensa? A explicação está aqui: é possível prever uma tempestade, mas não é possível, minutos antes, prever a sua intensidade. Então, foi uma situação atípica, um fenômeno raro em que árvores, galhos, postes e telhados caíram, enfim, tudo aconteceu. E houve o pronto atendimento, a pronta ação, a união de forças civis e militares, do Governo, para diminuir os danos à Cidade, às 450 mil pessoas que ficaram sem luz.

Ora, eu confesso a vocês que, como uma pessoa que atua na imprensa constantemente, eu fiquei emocionada de ver essa união de forças em busca de minimizar os problemas tão graves, tão grandes.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. ENG. COMASSETTO: Sr. Presidente, só quero fazer uma correção, eu citei a Lei Federal que trata do Sistema de Proteção e Defesa Civil que autoriza a criação do sistema de informação e monitoramento da destruição dizendo que era a Lei nº 10.680, mas é a Lei nº 12.608, da qual entrego uma cópia ao Vice-Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Caros colegas, muito boa tarde; nosso Presidente Cassio; Sr. Sebastião Melo, Vice-Prefeito; todos os Secretários aqui presentes. Realmente, acho que nada mais simbólico que a fala do Líder do Partido do Vice-Prefeito Sebastião Melo, com a sua forma comumente desrespeitosa com os movimentos sociais, com a sociedade civil, que sempre que vêm aqui. Os trabalhadores da Prefeitura já foram chamados de vagabundos, inclusive pelo Líder do Partido do Vice-Presidente, o que demonstra a postura do PMDB no diálogo com a sociedade, a sua forma autoritária, que aqui foi representada pela forma desrespeitosa com que o Ver. Cecchim tratou os movimentos que, em silêncio, inclusive, apresentavam as suas bandeiras para a Cidade. Acho que isso é bastante representativo de discussões de modelo de Cidade. As tempestades existem. Nós começamos esta gestão há três anos, quando houve uma tempestade; vieram os Secretários aqui e disseram que era um

evento extraordinário. E assim a Cidade vive de eventos extraordinários. Efetivamente, este foi extraordinário, e todas as ações têm a nossa solidariedade com a atual Administração, mas principalmente com os cidadãos de Porto Alegre. Por isso que todas as Prefeituras do Partido dos Trabalhadores da Região Metropolitana, como o Sr. Vice-Prefeito sabe, enviaram equipes, motosserras e pessoal para ajudar no mutirão, imediatamente, porque ali estava em jogo a vida das pessoas. No ano passado, infelizmente, a Prefeitura não se fez presente aqui em várias audiências públicas; espero que pelo menos neste ano eleitoral isso aconteça. Infelizmente, no ano passado, por várias vezes, a Prefeitura não veio, e disse inclusive que não viria mais à Câmara de Vereadores. Os nossos questionamentos são de ordem estrutural da Cidade. Essa tempestade apenas oportunizou a vinda dos senhores, desta administração masculina - não sei se não há mulheres competentes nesta Cidade para ocupar o primeiro escalão da Cidade, o que eu acho que deveria, porque isso é conteúdo e visão política também de cidade, da pluralidade, da diversidade, do diálogo -, mas o que nós questionamos são dois processos que esta Administração vem fazendo, saudando aqui toda a sociedade civil presente: a “cecerização” e as terceirizações. A “cecerização”, porque, hoje, a Ver.^a Mônica lembrou da nossa Administração, e os senhores questionavam muito, eu sei que o Ver. Sebastião Melo era um ácido crítico da Administração Popular sobre os CCs. Nesta gestão, a Cidade tem o dobro de CCs que tinha ao final da Administração Popular. Isso, sim, acaba com as equipes e os gestores técnicos dos órgãos municipais, assim como as terceirizações, porque os senhores acabaram com todas as equipes permanentes que os órgãos tinham e agora temos que ficar sempre na mão de empresas terceirizadas. Ouvi o Sr. Vice-Prefeito reclamando numa rádio, corretamente, que uma empresa terceirizada estava jogando a culpa em outra. Este é o modelo construído hoje na Cidade para atender a essa grande coalizão: CCs e falta de gestores para montarem planos. Não é à toa que, no mesmo tempo em que nós construímos a 3ª Perimetral, os senhores não conseguiram fazer duas trincheiras na 3ª Perimetral. Agora, abrem, reabrem, fecham e refecham a Av. Protásio Alves e as grandes avenidas – onde deveria estar sendo colocada a fiação subterrânea para tentar um dia instalar o BRT –, criando o caos na Cidade, de forma reiterada, tal a dificuldade de fazer projetos. O que a nossa Cidade precisa é de um plano contra catástrofes. Efetivamente o clima está mudando, e eu gostaria de saber qual é o plano que os senhores têm, estrutural. Além da gestão das árvores, qual é o plano que hoje guia e traz os princípios de orientação da Administração? E um plano de adaptação para as mudanças climáticas, se os senhores têm, onde está e como podemos acessá-lo. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Sr. Vice-Prefeito, Srs. Secretários, colegas Vereadores, ativistas, público que nos assiste, eu venho a esta

tribuna por ser quase uma obrigação subir aqui, porque fui um dos Vereadores presentes na sexta-feira à noite, no sábado e no domingo, na rua e no Ceic. Liguei para o Vice-Prefeito e coloquei minha equipe à disposição, para que pudéssemos ajudar a população que foi tomada de surpresa por um temporal que infelizmente destruiu grande parte da Cidade. Eu estava num evento, sexta-feira à noite, quando vi o começo desse temporal e me surpreendi; no outro dia de manhã, liguei para o Vice-Prefeito e ele já estava com sua equipe no Ceic trabalhando. Fui ao Ceic, a vários lugares na Cidade e na periferia. Vi todo esse transtorno e a capacidade de tentar buscar uma solução.

Quando o Ver. Kopittke, aqui, fala em anos eleitorais e que os Prefeitos da periferia vieram ajudar Porto Alegre, eu quero dizer ao Vereador – que não sabe, até porque não estava ali presente na hora da solidariedade e na hora de buscar uma ajuda para o povo de Porto Alegre – que quem buscou essa alternativa de procurar ajuda dos Prefeitos da Grande Porto Alegre foi o Vice-Prefeito Melo. E nós também poderíamos dizer que essa solidariedade ocorreu porque teremos ano eleitoral; mas não foi, Ver. Alberto Kopittke, não foi! Foi uma questão de respeito, de ética, de quem teve a capacidade e a humildade de buscar um reforço junto aos prefeitos que não são do seu partido, humildemente, porque tinha à frente de qualquer coisa, à frente de qualquer situação, até inclusive eleitoral, o bem-estar de sua Cidade. E por que os vice-prefeitos vieram? Porque queriam ajudar Porto Alegre, uma Administração coerente, respeitosa, uma representação com força política; se não fosse, não viriam e fariam como alguns, colocando a culpa, dizendo: eu não vou nem chegar perto, eu quero que Porto Alegre caia e se destrua! Não, esses senhores vieram por questões éticas e de sensibilidade, vendo que o Prefeito, humildemente, teve a capacidade de buscar ajuda para sua comunidade.

Então, eu subo aqui para fazer esta defesa, porque vi pessoalmente, e quem me conhece sabe que não faço isso, porque, se eu não acho que deva fazer uma defesa, eu não subo aqui. Nós conversamos e nos telefonamos na madrugada: “Tu estás em casa?” “Não, eu estou aqui no Centro.” “Quer que eu vá aí? Precisa de alguma coisa?” “Não, Cleiton, agora não preciso, porque agora estou aqui com os meus Secretários, estou trabalhando. Ganhei um rádio, estou distribuindo as tarefas pelo rádio, que facilita a nossa comunicação.”

Nós que defendemos o meio ambiente, queremos mais árvores em Porto Alegre. Eu até faço aqui um pedido, Prefeito, que, além do replantio dessas árvores, se utilize as árvores que tombaram e que não têm um outro encaminhamento – até, então, foram direcionadas as lenhas para as caldeiras dos hospitais – que sejam encaminhadas numa ação, de repente, junto com algum particular, para que possamos trabalhar e transformar em tábuas e madeiras para a periferia, porque muitos moram em casas feitas de papelão. Então, eu peço que também tenham esse sentimento de transformá-las em tábuas, senhores, para que possamos ajudar muitos e muitos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Sebastião Melo, Vice-Prefeito de Porto Alegre, está com a palavra.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Presidente, os temas mais citados envolvem DMLU, a questão dos alagamentos, a SMAM e também a questão da água. Então, se V. Exa. me permitir, eu quero pedir que os Secretários, com exceção do João Pancinha e do Marcelo, que irei poupá-los pelo tempo, que eles pudessem falar, no máximo, por 5 minutos, e depois, eu faria um arremate final; e as perguntas que não puderem ser respondidas por falta de tempo, eu me comprometo a responder todas por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Combinado então. O Sr. Mauro Mora, Secretário do Meio Ambiente, está com a palavra.

O SR. MAURO MOURA: Sr. Presidente, Sr. Vice-Prefeito, em nome de quem eu cumprimento todos os meus colegas de Mesa, senhoras e senhores, quero falar, em primeiro lugar, sobre o evento. Acho que nós tivemos sorte na Cidade do local que ocorreu o evento. Foi um evento rápido, de grande magnitude e ocorreu em um local que causou dano às árvores. Se nós tivéssemos esse evento ocorrido nas áreas mais pobres da Cidade, nós, provavelmente, teríamos dezenas de mortes, centenas de pessoas feridas. Então, nós estamos aqui discutindo a reposição de árvores na Cidade. Então, se o evento tivesse sido em outro local da Cidade, o escopo desta reunião teria sido completamente outro. Eu creio que a Prefeitura tomou as medidas corretas. Estavam 400 e tantas mil pessoas sem energia elétrica, algumas centenas de milhares sem água, pois as estações de tratamento de água foram afetadas, e hospitais afetados. A Prefeitura conseguiu, em cinco dias, repor a Cidade na sua forma orgânica, a Cidade voltou a funcionar plenamente – trânsito, abastecimento de água, energia elétrica –, o que demonstra um trabalho efetivo da Prefeitura, coordenado, na época, pelo Prefeito em exercício, Sebastião Melo. Com relação à SMAM, o que nós estamos fazendo agora? Nós tivemos em torno de três mil árvores que caíram, ainda estamos contando quais estão em risco de cair. Quem foi olhar, por exemplo, na Redenção ou no Parque Marinha, percebeu que nós tivemos várias árvores torcidas que vão morrer e cair. Então, neste momento, estamos fazendo essa avaliação. Com quem estamos fazendo essa avaliação? Estamos fazendo com técnicos, biólogos, engenheiros agrônomo e florestal, que são concursados da SMAM. Não estamos fazendo esse trabalho com equipes terceirizadas. São colegas de vocês, formados nas universidades e que fizeram concurso na SMAM e têm experiência nesse assunto. A SMAM é a Secretaria de Meio Ambiente mais antiga do País e tem experiência e *know-how* nesse assunto há muitos anos.

No segundo ou terceiro dia desse evento, nós tivemos solicitação de ajuda para plantar. Neste momento não estamos fazendo isso. Neste momento estamos retirando os tocos e árvores para poder mapear todos os locais onde ocorreu o evento e voltar a plantar, inclusive escolhendo as árvores que queremos plantar. Obviamente não voltaremos a plantar árvores exóticas nesses locais, só árvores nativas. Nesse período tivemos muita oferta de mudas. A SMAM tem 10 mil mudas hoje prontas para plantio e

mais 20 mil em produção no nosso viveiro. São mudas com qualidade, com alturas adequadas, próprias para o nosso ambiente, e que não têm doenças fitossanitárias. Nós não podemos aceitar mudas de origem desconhecida que possam nos trazer problemas. Não há falta de mudas na SMAM.

O que estamos esperando de ajuda com relação à próxima fase, que é recuperar a vegetação na Cidade? Nós temos uma reunião hoje, inclusive faremos em março um inventário das árvores com as ONGs no Parque Farroupilha, e, se o trabalho no Farroupilha for bom, queremos continuá-lo em todas as outras praças da Cidade e depois nas nossas ruas, em paralelo a outro trabalho que queremos desenvolver. Sem o inventário, sem conhecer a realidade das árvores, fica muito difícil fazer o planejamento anual do seu manejo. É uma reunião que vamos ter hoje, às 17h, com as ONGs.

Com relação ao orçamento da SMAM, que foi bastante criticado aqui, esse orçamento é uma discussão do orçamento do Município. Ou seja, o Município tem várias necessidades na área de educação, na área de saúde, em todas as áreas, e esse é o orçamento possível que é discutido e aprovado nesta Câmara de Vereadores. É obvio que eu, como Secretário, gostaria que o orçamento da SMAM fosse muito maior, mas é o que a Prefeitura consegue nos dispor e o que esta Casa, inclusive, aprova anualmente para o nosso trabalho junto à arborização e às praças principalmente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Secretário Mauro. O Sr. Antônio Elisandro de Oliveira, Diretor-Geral do DMAE, está com a palavra.

O SR. ANTÔNIO ELISANDRO DE OLIVEIRA: Sr. Presidente desta Casa, Ver. Cassio Trogildo, demais Vereadores, quero cumprimentar aqui o nosso Vice-Prefeito e, em nome dele, os colegas que também participam aqui pelo Governo, cumprimentar os presentes no plenário. Bom, eu quero, sendo bem objetivo nas respostas, dizer que identifiquei uma questão vinda da Ver.^a Sofia e da Ver.^a Jussara mais relativa ao Pisa e ao tratamento de esgoto em Porto Alegre. Então, em 2015 – inclusive, divulgamos isso recentemente -, nós comemoramos o acréscimo significativo que tivemos no volume de esgoto tratado em nossa Cidade. Nós partimos, do início de 2015, com 33%, e encerramos o ano com 66% de tratamento de esgoto. Quer dizer, nós tínhamos uma meta contratualizada com o Município de encerrar o ano com 56%, nós atingimos um percentual de 10%, em números absolutos, a mais do que a meta contratada, e dobramos o tratamento de esgoto durante o ano de 2015, resgatando que, quando a Estação de Tratamento da Serraria entrou em operação no ano de 2014, nós tínhamos, no início daquele ano, 18% de tratamento de esgoto. Então, nesses dois anos, nós passamos de 18 para 66% de tratamento de esgoto, tivemos uma elevação de 48% nesses dois anos, o que equivale aproximadamente a 48 bilhões de litros de esgotos que não estão indo mais para o lago Guaíba e que estão tendo o devido tratamento. Obviamente que precisamos avançar ainda mais, a meta do saneamento é a universalização dos serviços. Portanto, nós temos a meta de, nos próximos 20 anos, de

chegar a aproximadamente 100% desse percentual. E nós estamos agindo, nós assinamos recentemente cinco contratos para a realização de ligações de esgotos, nós estaremos lançando, provavelmente, no dia 23 de fevereiro, um programa que estamos chamando de Programa Unificado de Ligações de Esgotos. Nós queremos, em 2016, realizar cinco mil ligações novas, ligadas diretamente às redes que levam ao tratamento. Existem ainda passivos em redes construídas anteriormente, as pessoas ainda continuam ligadas ao sistema pluvial, e nós precisamos desvincular. Então, nós queremos que todas as economias, as residências estejam ligadas ao tratamento. Reservamos, no orçamento deste ano, seis milhões, para que o DMAE, inclusive, subsidie aquilo que está previsto em lei, que seria obrigação do usuário, nós vamos, de forma organizada, especialmente nesses sistemas do Centro da Cidade, que pega a bacia do arroio Dilúvio, nosso sistema chamado Ponta da Cadeia, o sistema Cavalhada, Região Centro-Sul, o sistema de Ipanema. Essa região Centro-Sul, que leva o esgoto em direção à ETE Serraria, nós estaremos focando nesse programa para realizar em 2016 pelo menos cinco mil novas ligações e algumas desvinculando do pluvial. Nós sabemos que, em algumas regiões, há condomínios, conjunto de condomínios concentrados, onde já tem rede separada de esgoto, mas que às vezes precisa de algumas conexões para levar ao tratamento. Então, com isso, nós temos contratualizado, para 2016, encerrarmos o ano com pelo menos 69% do esgoto tratado. Então, nós estaremos encerrando este ano com aproximadamente 70% de tratamento de esgoto em relação ao volume produzido na Cidade.

Quero dizer à Ver.^a Jussara Cony que a gente procurou a assessoria para ver a questão do Pedido de Informações, mas nós não identificamos. Se houve algum problema de nossa parte, peço desculpas. Nós procuramos responder todos os Pedidos de Informações de Vereadores, até porque fomos da Casa, conhecemos os instrumentos, importantes para o Legislativo.

Sobre a questão dos geradores, quero dizer que fizemos o nosso planejamento municipal de saneamento básico, inclusive discutimos com a Câmara, encerramos isso no ano passado, propusemos essa discussão com a sociedade. A questão dos geradores é possível, nós tivemos um debate muito intenso com a CEEE nesse período. Antes dos geradores, nós temos uma discussão de geração de energia a partir dos resíduos de saneamento. Desconhecemos qualquer grande sistema no Brasil que tenha condição de operar plenamente a partir de geradores. Hoje o que se fala é no sentido de termos várias fontes de energia. Nós temos um potencial de geração energética, tanto pelo biogás quanto por outras formas no processo de tratamento de esgoto, e estamos avançando nesse sentido. Sobre a questão dos geradores, são 89 estações de bombeamento, e – só para termos uma ideia, a demanda nessas 89 estações de bombeamento é de 16 mil kilowatts; isso dá para abastecer aproximadamente 16 mil residências em Porto Alegre, com toda a certeza. Falamos isso para mostrar a complexidade do nosso sistema. Às vezes nos comparam com residências, até mesmo com hospitais, que têm várias complexidades, mas a nossa demanda é bem maior.

Quanto ao nosso custo, Ver. Comassetto, de fato, estimamos, naquele momento, em R\$ 50 milhões. Talvez seja até menos do que isso, mas veja que temos

um custo elevado de manutenção. O custo de implantação é menor do que o de manutenção por ano. E aí, claro, respeitamos a opinião da população, sabemos que ela é sábia e que está atenta ao que está acontecendo. Temos acordo de que as mudanças climáticas são eventos que tendem a permanecer, mas temos que avaliar a opinião técnica também. E o DMAE é um Departamento que tem 2.100 servidores do quadro para aproximadamente 50 CCs, portanto, é um órgão com bastante capacidade técnica e que tem uma preocupação muito grande com a manutenção. Cada equipamento desses, a diesel, tem um consumo, por hora, em torno de 100 litros de diesel. A operação do diesel é um processo muito complicado e nós entendemos como um retrocesso.

Nós estamos focados, não é de hoje; o DMAE já discute isso há tempos; em outubro, nós também, aguçados pela situação das enchentes, já demos início a um processo interno de elaboração de uma licitação para testarmos geradores a diesel e a gás. Temos muito entusiasmo e achamos que é uma possibilidade mais plausível, embora tenhamos que avançar na questão das redes da Sulgás. Hoje, são em torno de 10 dos nossos 89 bombeamentos que vêm da rede próxima ou no local.

Essa licitação que estamos elaborando é para testar o comparativo do custo de geração de energia nos horários de pico. Hoje, nós temos um custo muito elevado para o DMAE. O DMAE gastou em torno de R\$ 56 milhões com energia elétrica em 2015. Portanto, nesses horários de pico, que vão das 18h às 21h, onde o custo de energia chega a ser três vezes maior do que em horários normais, talvez seja uma alternativa que viabilize a aquisição e a disponibilização de geradores também para os momentos de crise.

Então, este é o nosso foco. Temos uma discussão para fazer internamente. O DMAE pode fazer, mas tem outros avanços no saneamento, outros desafios que dialogam com isso também, que precisamos ter claros. Obrigado, Presidente, peço desculpas por me alongar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. André Carús, Diretor-Geral do DMLU, está com a palavra.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sr. Vice-Prefeito; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; conforme foi referido aqui pelo Vice-Prefeito, Sebastião Melo, nós podemos considerar que desde o evento do dia 29 de janeiro nós temos cerca de 90% da cidade já atendida por recolhimento daqueles resíduos que foram trazidos pelo temporal. Foram aproximadamente 6.700 toneladas de resíduos recolhidos nesse período, equipes extraordinárias foram organizadas para essa finalidade, mais de 300 garis, 60 caminhões atuando nessa operação, com base no Decreto de Emergência que foi assinado pelo Prefeito em exercício de então, Sebastião Melo. Fizemos duas contratações emergenciais para garantir a prestação desses serviços que foram de 10 caminhões caçamba e também de 30 equipes para acelerar a poda

daquelas árvores caídas. E é bom lembrar que nenhuma poda de árvore derrubada pelo temporal foi feita sem o acompanhamento técnico da SMAM, como foi aqui colocado.

Agora, vencida essa primeira etapa, nós tínhamos prioridades iniciais, que eram a desobstrução das vias que tinham impedimento do tráfego normal de veículos, orientados pela EPTC; depois, a desobstrução das calçadas que ofereciam obstáculos ao trânsito de pedestres, orientados não só pela EPTC, mas também pela SMOV – já avançamos nisso; e tínhamos também uma priorização no sentido de liberar algumas situações que dificultavam o fornecimento regular de energia elétrica e também, orientados pela CEEE, atuamos nesse sentido. Estamos numa outra etapa de priorização que é avançar para o interior dos bairros, intensificando o processo de varrição daquelas vias nos bairros mais atingidos e também de limpeza, que ainda se faz necessária.

Respondendo a alguns questionamentos feitos aqui, de parte da Ver.^a Sofia Cavedon, do Ver. Alberto Kopittke e também da Ver.^a Fernanda Melchionna, com relação à terceirização: na verdade, não foi o atual governo municipal que inaugurou as terceirizações da prestação de serviços continuados; elas se consolidam desde 1996, no então governo da Frente Popular. Com relação aos concursos públicos, nós podemos afirmar – e o Diretor Elisandro, do DMAE, fez uma colocação também nesse sentido – que nesta gestão, de janeiro de 2013 até o presente momento, o DMLU teve um crescimento de 70% no seu quadro técnico de formação superior, todos chamados por concurso público aberto pela Prefeitura. São engenheiros, arquitetos, administradores que efetivamente estão convocados, foram nomeados, assumiram suas funções e essa é a verdadeira expressão do fortalecimento do serviço público.

Há também aquelas questões que também foram cobradas aqui pelos Vereadores, as questões do planejamento. Além do projeto da Cidade Resiliente, tanto DMLU como DEP, DMAE, a própria SMAM e outros órgãos de ponta envolvidos, temos, diferente de outras metrópoles brasileiras, tanto o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos como, mais recentemente, a produção do Plano Municipal de Saneamento Básico, que respeita a legislação federal e faz com que Porto Alegre possa não só acessar recursos externos para qualificar a prestação do serviço de saneamento e promoção da limpeza urbana, como também possa habilitar projetos que são construídos pelas áreas técnicas dos referidos órgãos. Com relação àquilo que o Ver. Comassetto colocou, desde o dia 28 de setembro do ano passado, nós ampliamos o contrato da coleta seletiva em Porto Alegre, então não entendi a sua colocação quando cobra uma redução do serviço da coleta seletiva. Com a ampliação do contrato, nós preservamos o atendimento integral nos bairros e avançamos, passamos a atender cem por cento das ruas da Cidade que possibilitam acesso a nossos caminhões, e, já em dezembro, percebemos um aumento no volume de recicláveis diários que era recolhido. Tínhamos uma média de 100 toneladas de recicláveis por dia, que eram coletados, e já temos um aumento de 22% a partir dessa ampliação e dessa qualificação também do contrato.

Com relação aos CCs, proporcionalmente, no DMLU, temos hoje cerca de 1.400 servidores ativos, e, deste total, apenas 17 são cargos comissionados, inclusive as assessorias técnicas e de planejamento, e 60% da direção atual do Departamento é

composta por servidores de cargos de nível superior, que, repito, foi ampliado, nesta gestão, em 70% a partir de concurso público chamado pela Prefeitura Municipal.

Com relação às Brigadas Populares, Ver.^a Fernanda, é uma ideia meritória e importante, e, para contribuir, nós capacitamos, somente em 2015, a partir do serviço de assessoria socioambiental do DMLU, 15.200 pessoas na Cidade dentro das nossas ações de educação socioambiental, envolvendo associações representativas, escolas, entidades comunitárias, creches, tudo isso contribuindo para que possamos ampliar o nível de conscientização da sociedade neste sentido.

Por fim, quero fazer duas referências, pois me senti um pouco injustiçado pelo Ver. Alberto Kopittke, que disse que a Prefeitura não comparece aqui em audiências públicas ou convocações nas Comissões, tanto da COSMAM como da CUTHAB, que são pautas muito afeitas ao DMLU. Tenho absoluta certeza de que tenho cem por cento de assiduidade nelas e, em todas elas, por orientação tanto do Prefeito Fortunati quanto do Vice-Prefeito Sebastião Melo, debatendo temas de relevância da Cidade.

Vale registrar que tivemos uma grande corrente de solidariedade da população de Porto Alegre, silenciosa ou barulhenta, não só com os servidores do quadro da Prefeitura, mas também das empresas terceirizadas que estavam nas ruas atuando. Muitos cidadãos saíram das suas casas, dos seus condomínios, dos seus estabelecimentos comerciais e ofereceram lanches. Estavam ali, ao lado dos garis, prestando solidariedade e reconhecendo aquilo que estava sendo feito para colocar a Cidade em ordem para resgatar a condição normal de Porto Alegre. E nenhuma dessas manifestações de solidariedade foi orientada por nenhuma grei partidária ou classista. Foi espontânea. E é com essa mesma espontaneidade e com todo esforço e trabalho já desenvolvido pela Prefeitura que nós vamos novamente continuar dando a resposta que Porto Alegre tem recebido, não só do poder público, mas daquelas pessoas que são conscientes de que um evento natural precisa de resposta rápida do poder público, mas também é preciso compartilhar responsabilidades. O poder público de um lado faz a sua parte, de outro lado a sociedade responde na mesma intensidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sr. André Carús. O Sr. Tarso Boelter, Diretor-Geral do DEP, está com a palavra.

O SR. TARSO BOELTER: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Vereadores e Vereadoras aqui presentes; quero começar também pela manifestação da Ver.^a Fernanda Melchionna, em que ela fala sobre alteração climática. Eu quero fazer eco à sua manifestação, pois isso é uma realidade. Nós temos percebido nos últimos três anos esta alteração mais latente aqui no Estado do Rio Grande do Sul. E o Município cada vez mais, em função desses episódios, está aperfeiçoando seus procedimentos operacionais, corrigindo os procedimentos quando a situação real permite isso. Como exemplo, nós tivemos o fechamento e a abertura das comportas; a

situação do Cais Mauá; tivemos uma série de intervenções no funcionamento das casas de bombas, com sobrecargas, com a questão do lixo regular. Então, eu me faço valer da fala da Ver.^a Fernanda Melchionna quando ela coloca a questão da brigada de voluntários, que é interessante. Acho, sim, que devemos avançar nesse sentido e constituir brigadas em todas as regiões do Orçamento Participativo para que, em episódios como chuvas e alterações climáticas, possam se somar ao esforço institucional da Prefeitura.

A Ver.^a Mônica Leal resgatou aqui, com muita propriedade, uma reunião da COSMAM em que falava da Teixeira Mendes e da Nilo Peçanha. Quero dizer, Ver.^a Mônica, que nós nesta gestão, de janeiro de 2013 até o momento, consolidamos, captamos R\$ 237 milhões, confirmamos a vinda desses recursos junto ao Ministério das Cidades, que tem sido um grande parceiro do Município de Porto Alegre, para modernizar oito casas de bombas que vão receber geradores próprios, bombas novas, rebaixamento das casas de bombas como também a bacia hidrográfica do arroio Areia.

Onde a Ver.^a Mônica relata que houve óbito, é justamente na Av. Dr. Nilo Peçanha e Av. Teixeira Mendes. A bacia hidrográfica do Areia, que tem registro destes óbitos de quatro crianças, vai receber R\$ 107 milhões de investimentos e vai desde a Teixeira Mendes até a Av. Sertório. Então, para combater alguns pontos da Cidade que alagam são necessários obras estruturantes e investimentos. E para isso precisa ter planejamento, diagnóstico da bacia hidrográfica e os investimentos adequados para fazer frente ao crescimento desordenado que houve na Cidade, a impermeabilização do solo, e todas as causas que contribuem com os alagamentos.

E, por fim, eu quero aqui colocar, dizer ao Ver. Eng^o Comassetto, que Porto Alegre possui 80 mil bocas de lobo. E, se ele conhece alguma empresa que está recebendo sem limpar, que denuncie, porque eu desconheço. Há um engenheiro fiscal que responde pelas medições, que fiscaliza os serviços executados e, se há o conhecimento de alguma empresa que tem recebido, que eu não conheço, por favor, denuncie nos órgãos fiscalizadores, Ministério Público, para que a gente possa tomar as providências e fazer a devida investigação. Eu gostaria que o senhor apontasse o nome da empresa, porque dizer aqui que tem recebimento, generalizar, é uma irresponsabilidade tremenda, Vereador. O senhor me desculpe. Eu não vim aqui apontar aqui e dizer que há irregularidades ou desvios. Eu não posso aceitar este tipo de postura da sua parte, vir aqui e jogar lama no ventilador como se fosse correto isso. Eu não posso aceitar isso. Então, o senhor denuncie nos órgãos responsáveis. Por favor, faça isso. Agora, não venha aqui dizer que tem isso ou aquilo. Senão é muito fácil generalizar e fazer esse tipo de coisa.

Para finalizar, o DEP tem intensificado as limpezas nas regiões da Cidade, intensificado as desobstruções de bocas de lobo. Com esse episódio das chuvas, realmente, muitos galhos e árvores foram para dentro da rede, para dentro das bocas de lobo. Nós limpamos, no ano passado, em torno de 54 mil bocas de lobo das 80 mil existentes. É necessário, sim, trabalhar na prevenção, mas é importante compartilhar responsabilidades. Tem que cobrar, sim, do Poder Público as limpezas dos arroios, mas a sociedade tem que colaborar. A quantidade de descarte irregular de lixo que hoje é

jogado na cidade de Porto Alegre é um absurdo. Uma parte da população não colabora com a Cidade, potencializando os problemas da mobilidade, potencializando os problemas do descarte irregular de lixo. Só o DMLU – me permita, Carús, fazer essa referência – gasta R\$ 1,2 milhão em virtude disso, são 600 toneladas/dia de descarte irregular de lixo. Em todos os arroios, em cem por cento dos 27 arroios da Cidade, nós encontramos lixo jogado de forma irregular: pneus, sofás, colchões. É preciso fortalecer a força ativa da Cidade para que a gente combata esse descarte irregular de lixo que potencializa os nossos alagamentos e causa transtornos aqui na Cidade. Era isso. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente, eu gostaria de voltar ao tema que eu falei na tribuna, Secretário Tarso, porque tenho a impressão de que houve um equívoco aqui. Quando eu me referi ao passado, falando com o Ver. Comassetto, talvez não tenha registrado a data, então o faço agora: 12 de maio de 1999, quando os moradores da Av. Nilo Peçanha registravam que bastavam 15 minutos de chuva forte para que aquelas ruas ficassem alagadas, inclusive aconteceram quatro mortes naquele período. Então, como não podemos prever tempestades, eu me referi à fala do Ver. Comassetto, só para ficar bem claro.

O SR. ENGº COMASSETTO: A Ver.^a Mônica tem razão, o bairro Petrópolis foi atingido, mas por que ela não fala do Ipê 2, que tem decisão judicial, dinheiro depositado e que as comunidades são alagadas a cada chuva que vem. Por que o DEP não cumpre a decisão judicial?

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Só para enfatizar, ter o conhecimento e abrir a possibilidade, antes de encerrar este espaço, de resposta a dois questionamentos técnicos que eu fiz: qual é a legislação que orienta as podas e a gestão das árvores e vegetais? Qual o documento que a Prefeitura usa e se existe um plano de adaptação para mudanças climáticas? São duas perguntas que acho que talvez ficaram perdidas, que o Secretário da SMAM não pode mencionar, então se o Vice-Prefeito puder, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Sebastião Melo está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Presidente, primeiro, preliminarmente, quero dizer que tenho a profunda convicção de que ser democrata é respeitar quem pensa diferente. Acho que essa é uma conquista muito importante no nosso País, que tem mais anos de ditadura do que de democracia, e eu acho isso uma riqueza. Eu fui Vereador de oposição nesta Casa, fui Vereador de Governo, mas sempre tive uma relação muito qualificada, nunca entrei em questões pessoais. Aqui vi questionamentos legítimos. Também aprendi desde cedo que não há verdades, mas visões e versões. Eu posso ter a

minha versão, como os 36 Vereadores podem ter versões diferentes, visões diferentes de mundo, e isso também é da riqueza democrática.

Quero dizer que não concordo com este Estado gordo que alguns defendem. O Brasil, hoje, é tomado pelas corporações. Se nós olharmos para o Rio Grande do Sul, hoje, é um Estado que, em 38 anos, gastou mais do que arrecadou. Isso tem um nome: irresponsabilidade. Eu não concordo com isso! Como cogestor da Cidade, trabalho para que a Prefeitura chegue no final do ano no azul, porque eu sei, Ver. Nereu, que estar no SPC, para a vida da população, é não poder buscar empréstimos. Nenhuma cidade vai ter dinheiro para as médias e grandes obras se não for através de recursos nacionais e internacionais, porque a arrecadação própria é muito pequena e dá conta de muito pouca coisa.

Também quero dizer que as mudanças climáticas não são nem de esquerda nem de direita; elas são mudanças climáticas. Hoje, em 1,2% de todo o território da humanidade, estão as cidades; e, no caso do Brasil, 85% das populações vivem nas cidades. Além disso, 75% do nosso gás, CO₂, que é produzido está nas cidades. Então nós realmente precisamos repensar tudo isso.

Eu quero falar um pouco sobre as lições. Não tenho tempo para falar de tudo, mas quero compartilhar com esta Casa, porque governar não é tarefa só do Executivo, esta Casa tem um papel fundamental, Ver. Cassio. Eu quero deixar aqui algumas sugestões. Eu não sou especialista, mas leio muito sobre tudo, e, especialmente nessa matéria, eu ouvi quem entende do assunto. Uma rede subterrânea de energia elétrica custa de 15 a 20 vezes mais do que uma rede aérea. E a lei federal que regula essa matéria, Ver. Comassetto, sobre a qual a Aneel tem um braço direto, diz que eu posso botar redes subterrâneas, porém, vou ter de ratear com toda a área em que aquela companhia tenha concessão. Então, se a CEEE tem uma concessão de Pelotas, de Porto Alegre, de Caxias, se eu botar rede elétrica subterrânea aqui, significa que nós temos que dividir a tarifa, e o povo não aguenta mais pagar essa tarifa. Então eu penso que a primeira mudança é que tem que ter, em todas as cidades, um plano diretor, mas esses investimentos não podem ser vinculados ao valor da tarifa. Já está licitada toda a iluminação pública subterrânea do Centro Histórico. A obra do Beira-Rio também. Agora, não dá para ter dez canaletas, tem que ter um plano diretor na cidade em que eu passe a Oi, a Claro, a elétrica, a fibra ótica, o gás. Hoje, isso está tudo desarranjado nas cidades brasileiras, não é só em Porto Alegre. Por exemplo, no bairro Petrópolis, a Sulgás quebrou tudo para passar o gás. Nós temos que fiscalizar, multar as terceirizadas que são contratadas pela Sulgás. É importante ter o gás encanado. Essa é uma lição que as cidades precisam ter, de investir cada vez mais na cidade invisível. Os governos brasileiros adoram investir em obras visíveis e não nas invisíveis. Quero dizer com toda a responsabilidade que tenho, porque quem governa a cidade há 11 anos tem muita responsabilidade, mas este governo que está aí liderado pelo Prefeito Fogaça/Fortunati, só na área de drenagem urbana foi investido mais de R\$ 250 milhões nesses 11 anos. Quero lembrar que a obra da Álvaro Chaves custou R\$ 63 milhões. Lembro muito bem das fotografias da Av. Goethe antes da obra. Lembro muito bem da drenagem urbana da Av. Panamericana e de toda a região do Parque São Sebastião quando chovia. Lembro

muito bem da Beira-Rio quando do Governo da Frente Popular, da Santa Terezinha, da Asa Branca, do Sarandi. Lembro de 30, 40 obras que foram feitas. Foram suficientes? Não! No final de 2012, por competência dos nossos técnicos, nós buscamos, no PAC, Prevenção a Fundo Perdido, R\$ 237 milhões. Eu tenho muito medo desse dinheiro não vir, por tudo que o Brasil passa, mas estamos fazendo a nossa parte. Nós vamos investir no arroio Areia que passa por baixo do Country Club e que já matou muita gente nas enchentes. Só ali, uma obra de R\$ 107 milhões. Fora as reformas das casas de bombas, que agora, nesse PAC Prevenção, das 21 casas de bombas, nós temos nove ou dez que já vão ter geradores próprios. Por que não tivemos? Não foi por falta de planejamento, meus amigos! Não foi! É porque falta dinheiro! Eu gosto de repetir uma frase que eu não canso de dizer em todos os cantos: o palco da vida são os municípios, mas o dinheiro está em Brasília! Então, o dia em que o nosso País for mais Brasil e menos Brasília, essas coisas a gente resolve muito melhor. Mas não tem sido assim na história do Brasil, não vamos fazer injustiça só com o Governo que está aí. Os que antecederam também seguraram com mão de ferro a centralização econômica e política em suas mãos. Então, eu diria que lições ficam.

Outra questão é o Plano Diretor das árvores de Porto Alegre. Sim, há tecnologia para isso, de chipar as árvores. Há condições de fazer isso. Uma árvore é como uma pessoa, nasce, cresce e tem tempo de duração. Agora, isto requer, sem dúvida alguma, financiamento, é questão que envolve dinheiro. E nós estamos dispostos, com esta Casa, com a sociedade civil a encontrar soluções. Eu também disse, à Defesa Civil, que estive conosco o tempo todo, e aqui eu quero fazer um parêntese, se lei resolvesse o problema do Brasil, nós seríamos a Suíça do mundo. Aqui tem 200 mil leis, 90% delas não são cumpridas ou não saem do papel, correto? Existe, sim, um plano de emergência em Porto Alegre; existe o Copae, que é um Conselho que cuida disso. Eu quero dizer que nós só estávamos sentados à mesa, às 8h da manhã, Bombeiros, CEEE, Defesa Civil do Estado, Exército Brasileiro e toda a Prefeitura, porque havia um plano, porque se não fosse assim, meu amigo... Nós acionamos, através do Ceic, e eu quero dizer que temos um convênio com a Metroclima, sabíamos que tinha um temporal, mas nós não sabíamos se a velocidade do vento era 100, 50, porque isto o Metroclima não nos fornece. Então, todos estávamos avisados, o Prefeito em exercício estava, o Secretário estava, o DEP estava, a Defesa Civil estava, tudo isso é verdadeiro. Agora nós não sabíamos.

Eu quero citar três questões que eu acho que temos que olhar o outro lado dessa história. Primeiro, se fosse durante o dia, eu lamento dizer que teríamos mortos. Foram mais de cem feridos, mas, à noite, mês de fevereiro, com menos pessoas, foi numa Cidade consolidada, porque, se fosse numa vila, os casebres teriam sido arrancados todos; lamentavelmente, teria tragédia. E mais, as árvores que seguraram o primeiro vento, todas foram arrancadas - que tristeza -, ele chegou, depois, mais amortecido, nos prédios. Eu quero dizer que lá no Jardim Botânico o vento foi de 120 km, então, me perdoem, aqui foi de 200, foi de 250, porque os 120 foram medidos na estação meteorológica do Jardim Botânico. O Rio Grande do Sul tem apenas um radar meteorológico. É insuficiente, disse isso ao Cel. Martins. Está na hora – não vamos

buscar culpados! – de buscar soluções. Nós temos que ter vários radares meteorológicos, isso ajuda na prevenção. Hoje tem apenas um, o da Universidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Nós não temos réguas de medição de água ao longo dos rios que chegam no Guaíba. Eu não sei a altura do rio a 200 ou 300 km, porque não tem régua de medição! Nós precisamos aperfeiçoar. E, para isso, a Prefeitura de Porto Alegre está dentro desse processo, não é a única.

Eu vou responder atentamente sobre a questão da poda das árvores, Kopittke. Nós temos empresas terceirizadas, e quem faz a fiscalização desse processo são os técnicos da SMAM. Nós tivemos uma licitação que deu deserta, a segunda deu deserta também, e nós estamos em fase de contratação de uma empresa. Estamos, neste momento, sem empresa terceirizada. Esse serviço de poda é terceirizado e é fiscalizado pelos técnicos da SMAM.

Tenho uma notícia também: na próxima licitação para limpeza da cidade de Porto Alegre, nós vamos concentrar toda ela no DMLU. Hoje quem limpa as praças é a SMAM, quem limpa o campo de futebol é outro, quem limpa a escola é outro. Vai ser tudo unificado no DMLU. Acho que isso é um avanço do ponto de vista de gestão para a cidade de Porto Alegre.

(Aparte antirregimental do Ver. Engº Comassetto.)

O SR. SEBASTIÃO MELO: As podas no que diz respeito à questão das redes elétricas são feitas pelas empresas contratadas pela CEEE, tem um convênio entre nós. Isso é importante que a população saiba e que vocês também saibam. Eu reconheço que tem um déficit de poda na Cidade – acho que isso é da grandeza–, e nós vamos dar um passo adiante em relação a isso. Hoje há um decreto que permite que, internamente, mediante a apresentação de um laudo, cada cidadão que tenha uma árvore na sua casa ou no seu condomínio possa fazer a poda, ou até retirar a árvore quando necessário. Isso não é permitido nos espaços públicos. Talvez a gente possa fazer uma discussão com esta Casa se esse decreto pode ser estendido para aquelas árvores que ficam nas portas das casas das pessoas. Mas, de qualquer forma, eu reconheço que tem um déficit muito grande de podas na Cidade no 156.

Agora, que bom que a nossa Cidade tem um milhão e 300 mil árvores. Isso é conquista de gerações que nos antecederam, isso é um ativo muito importante para a nossa Cidade. Nós não temos que reclamar das árvores, nós temos é que cuidar bem delas, podá-las, plantar novas para ter, evidentemente, uma cidade cada vez melhor para se viver.

Uma outra questão, para finalizar, respondendo o que a Fernanda havia perguntado. Ver.^a Fernanda, a Prefeitura vai te responder, detalhadamente - já orientei a Governança -, mas eu posso dizer que a Fundação Rockefeller escolheu seis cidades resilientes no mundo inteiro. No Brasil, ela escolheu duas: Rio de Janeiro e Porto Alegre. Eles fizeram um convênio com uma instituição, sei que a UFRGS faz parte desse convênio e eles, evidentemente, aportam recurso para o plano de emergência, para o plano de contingência, para a resiliência. Então, não há depósito de

dinheiro para a Prefeitura, eles fazem esse pagamento, e vou te responder durante esta semana ou na semana seguinte, para que tu tenhas todas as informações, assim como os demais Pedidos de Informações.

Eu teria para falar, Presidente - e sei que vocês têm outra pauta -, muitos itens, mas também quero dizer o seguinte: o número 156 é a nossa porta de entrada. Quero aproveitar e dizer aqui para a TVCâmara, para a população, para os Vereadores, para quem está nos assistindo, que nos ajudem trazendo todas as demandas através do 156, porque a nossa equipe do 156 tem uma boa formação. Todo esse diálogo que estamos tendo aqui com os nossos parceiros brotou muito do número 156, que é um canal muito importante para dialogar com a Cidade. Então, reforço a importância da população trazer todas as suas demandas através do número 156.

No mais, Presidente, muito obrigado. É uma alegria voltar a esta Casa, que respeito muito e podemos – como dizia sempre aqui quando era Vereador – ter diferenças, Ver.^a Jussara, que são do processo, mas aqui só tem gente que ama esta Cidade, porque são Vereadores, representam e foram escolhidos pela população e merecem profundamente o nosso respeito e o respeito da Cidade. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradeço a presença do Vice-Prefeito Sebastião Melo e dos Secretários que o acompanham. Suspenso os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h30min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h33min): Estão reabertos os trabalhos.

O SR. ALBERTO KOPITTKE (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência dos períodos de Grande Expediente e Comunicações de hoje para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alberto Kopittke. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Instituto Amigos do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, que tratará de assunto relativo à proteção e à defesa civil das cidades resilientes, Lei Federal nº 12.608. O Sr. Lélvio Luzardi Falcão,

Presidente do Instituto Amigos do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. LÉLIO LUZARDI FALCÃO: Boa tarde ao nosso Presidente, Ver. Cassio Trogildo. É um tema empolgante, porque vivemos, 15 dias atrás, um evento climático extremo em Porto Alegre, dentro de áreas em que temos trabalhado na Cidade. Então saudamos os demais Vereadores, os senhores e as senhoras, os que ainda estão preocupados com a situação climática.

Solicitamos esta audiência na sequência de algumas ações do Fórum Social Mundial, e aqui nos encontramos, Vereador, para passar alguns dados com referência à continuidade desse processo.

Primeiro, gostaríamos de salientar que tivemos o privilégio de participar de uma série de reuniões que antecederam a II Conferência de Proteção e Defesa Civil no Brasil. O Rio Grande do Sul, lamentavelmente, é um Estado que prima pela falta de prevenção dos acidentes, e a força sindical foi a primeira entidade a estar presente em São Lourenço do Sul, quando, em 2011, tivemos uma enxurrada significativa. Já fizemos vários outros eventos e Porto Alegre, antes desse embate que tivemos agora em final de outubro; reforço que, pelo menos duas vezes seguidas, tivemos rompimento de barragens no Sarandi. Então, temos algumas expectativas, alguma expertise na questão de proteção e Defesa Civil, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo. Agradecemos ao Ver. Cláudio Janta, que hoje é Vereador do Partido Solidariedade, mas é ex-Presidente da Força Sindical, quando oportunizou que a Força Sindical fosse a primeira entidade a socorrer as pessoas de São Lourenço do Sul. Mais recentemente, acompanhamos a cidade de Porto Alegre na sua caminhada como cidade resiliente e saudamos aqui, como já fez o Vice-Prefeito e seu secretariado, que, no último evento extremo, não tivemos nenhum acidente mais grave, nenhuma morte a lamentar em Porto Alegre. Lamentavelmente, várias árvores enfrentaram a força dos ventos e foram suficientes para reduzir esse impacto, mas temos muito avançar nesse tema, assim como já foi dito e reforço as palavras do Vice-Prefeito, porque o tema da Defesa Civil e das cidades resilientes implicam exatamente na capacidade do mais rapidamente possível resgatar as condições anteriores.

Mas gostaria, meu caro Presidente da Casa, de trazer à baila que, na sequência de um evento extremo no Rio de Janeiro, em 2012, a Presidência da República constituiu ou criou a lei que determinaria as mudanças dos paradigmas da Defesa Civil, invertendo a lógica de contar os mortos e de fazer o levantamento dos prejuízos materiais para investir em prevenção, investir em qualificação e na montagem dos trabalhos. A lei Nº 12.608, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, em que o nosso Vice-Prefeito, inclusive, se manifestou, é fundamental para que se avance também em Porto Alegre em mecanismos em que mais pessoas, mais comunidades estejam envolvidas. Então, ela deve integrar as políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas e gestão de recursos hídricos. Então, essas são as condições em que gostaríamos de ver Porto Alegre e a Região Metropolitana: o mais rápido possível

aderindo a processos, constituindo os chamados Núcleos de Desenvolvimento de Enfretamento às Catástrofes. Para isso, trouxemos cópia da Lei Federal nº 12.608, em que gostaríamos que esta Casa e a Prefeitura, utilizando os mecanismos já existentes do OP em suas 17 regiões, a constituição dos Núcleos de Defesa Civil, os quais são importantes porque as cidades evoluem e as condições de seguridade anteriores são mutáveis ao longo do tempo. Então, acreditamos que a sociedade junto com os poderes Executivo, Legislativo e outros constituídos poderão dar retornos e reforços muito mais rapidamente na linha desses acidentes. Então, essa é uma contribuição que gostaríamos de deixar em nome da Força Sindical e do Instituto, que vem fazendo, ano a ano, esses investimentos. Agradeço à Câmara de Vereadores o Espaço da Tribuna Popular que ocupamos neste momento. Muito obrigado, meu caro Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Meu caro Lélcio, peço que tome lugar aqui à Mesa. A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, no termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sr. Lélcio Luzardi Falcão, Presidente de Amigos Do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, que tem interagido com esta Câmara Municipal no sentido de que o assunto que traz hoje é muito pertinente. E, no dia em que nós fizemos esse debate aqui com a própria gestão municipal, dá uma demonstração do significado, inclusive, Presidente, da participação desta Câmara Municipal em todo o processo do Fórum e também através de representações de Vereadores – falo no Ver. Villela, que foi à COP21 representando a Casa, e o Ver. Janta e esta Vereadora, que representam a Casa nas relações que nós temos com o Instituto – não somos do Instituto, porque não é da natureza desta Casa ter essa participação, mas nas relações que temos na construção do Fórum Social Mundial e o Fórum Social Temático na cidade de Porto Alegre. O assunto é de extrema importância, sempre mantendo esse olhar das cidades resilientes, esse é o significado da proteção da defesa civil e da participação da sociedade através de seus mecanismos, e é fundamental à discussão nesta Casa. Agradeço a presença do Lélcio Falcão e quero agradecer também a V. Exa., que deu continuidade, assim como os presidentes anteriores, a essa importante participação nossa no Fórum Social. Porque ao estabelecer as discussões no Fórum Social, nós estamos construindo essa cidade resiliente, estamos construindo e aprofundando a participação popular na cidade de Porto Alegre junto com parceiros, que são estratégicos para que isso aconteça. Então, é um prazer à Câmara recebê-lo, e, em nome da Bancada do PCdoB, nós vimos aqui dizer que ações como essa junto com a Câmara são importantes para o povo da cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, prezado Falcão, queria cumprimentá-lo. Registro que esta Casa acolheu o Fórum Social Mundial, a qual a sua entidade ajudou a organizar e que, no nosso ponto de vista, teve grandes debates, grandes eventos, e cada vez mais temos a clareza de que Porto Alegre se firmou e firma no contexto mundial por instrumentos como o do Fórum Social Mundial. Tive o prazer, junto com o Presidente e demais colegas, de entregar este ano o título de Cidadão Porto-Alegrense ao Boaventura de Sousa Santos, um dos grandes ícones do nosso Fórum Social Mundial.

Segundo ponto, dizer que o tema que o senhor nos traz, Proteção e Defesa Civil, cidades resilientes, é exatamente o tema que debatemos há pouco e que, no nosso ponto de vista, a Lei nº 12.608, lei nacional que institui um sistema de defesa civil e organização, ainda precisa ser instituída, portanto, um tema em aberto.

Por último, queria dizer que, neste ano de 2016, os municípios e os estados têm o papel de realizar as Conferências Municipais das Cidades, para que em 2017 haja a Conferência Nacional das Cidades, que elabora toda a política de desenvolvimento urbano. Dialogava com o senhor anteriormente que é uma tarefa que gostaríamos muito de poder contar com a sua entidade e sua militância na organização desse tema. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, antes de mais nada quero saudar o nosso convidado, Lélvio Luzardi Falcão, que nos prestigia com sua presença no dia de hoje e que, na condição de presidente do Instituto dos Amigos do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, discorreu com muita propriedade a respeito da Proteção e Defesa Civil, nas cidades resilientes, tema da maior atualidade e que a situação mundial está a exigir uma retomada de posição. Então, quero cumprimentá-lo especialmente pela causa que representa, na medida em que se observa que cada vez mais cresce essa ideia, hoje com o nome de resiliência, antigamente nós falaríamos subsidiariedade, em que a participação da sociedade, como um todo, não só na demanda da sua reivindicação, como também na equação dessa mesma demanda, essa participação colaborativa, objetiva é uma busca que hoje se intensifica sobremaneira e que pressupõe, inclusive, a existência de gestores respeitáveis que possam levar até a comunidade esse apelo pela integração. E para isso contribui extremamente esse trabalho preparativo que um instituto, a natureza da qualidade daquele que o senhor preside pode ensejar. Então, eu tenho certeza de que a Câmara de Vereadores ganha muito em recebê-lo no dia de hoje, em registrar as suas posições, seus propósitos, as suas intenções e dizer da atualidade

das mesmas e da oportunidade com que V. Exa. coloca as suas posições, que são as do seu instituto. Seja sempre muito bem-vindo na Casa, é a nossa posição, é a posição dos democratas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, amigo Lélío, falo em nome da minha Bancada, o PSB, em meu nome e no do Ver. Paulinho Motorista, quero trazer um abraço ao senhor, cumprimentá-lo pela sua presença aqui no plenário e dizer da importância do tema tratado e que estamos juntos, parabenizando V. Sa. pela luta, pela causa que é importante para todos nós. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. LOURDES SPRENGER (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Comunicações de hoje para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Agradecemos a presença do amigo Lélío. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h48min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h49min): Estão reabertos os trabalhos.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Quero só registrar, Sr. Presidente, nossas congratulações à Ver.^a Lourdes Sprenger que hoje está de aniversário. É uma Vereadora combativa que honra e orgulha este Parlamento. Nossos cumprimentos. E tenho certeza de que todos os nossos colegas aqui se somam a essas congratulações pelo seu aniversário. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2541/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 245/15, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre a dom Jaime Spengler, arcebispo da Arquidiocese de Porto Alegre.

PROC. Nº 2659/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 251/15, de autoria do Ver. Antonio Matos, que denomina Rua Campo da Tuca o logradouro não cadastrado conhecido como Rua D – Campo da Tuca –, localizado no Bairro Vila João Pessoa.

PROC. Nº 2694/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 258/15, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Semana do Bairro Anchieta no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de setembro.

PROC. Nº 2831/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 279/15, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que inclui o evento Porto Alegre Salsa Congress no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de setembro.

PROC. Nº 2873/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 284/15, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que inclui a efeméride Dia Municipal de Atenção à Pessoa com Lúpus no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 10 de maio.

PROC. Nº 2889/15 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 054/15, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Paróquia Nossa Senhora de Belém Novo.

PROC. Nº 2907/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 291/15, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Alice Polacchini o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Seis Mil e Quarenta e Quatro, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

PROC. Nº 2920/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 293/15, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Maria Real Scortegagna o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Dezesesseis – Vila Mato Sampaio –, localizado no Bairro Bom Jesus.

PROC. Nº 2938/15 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 055/15, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao 21º Batalhão de Polícia Militar – 21º BPM.

PROC. Nº 3015/15 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 057/15, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação dos Comerciantes da Cidade Baixa –ACCB.

PROC. Nº 0105/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 001/16, que declara de utilidade pública a Associação de Mães Rita Yasmin – AMRY.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2662/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 253/15, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que proíbe o Executivo e o Legislativo Municipais de contratar e empossar, para ocupar cargo em comissão ou efetivo, bem como função de confiança ou emprego público, pessoa condenada, com sentença transitada em julgado, por crimes previstos na Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, ontem, quando nos manifestamos no período de discussão preliminar do famoso período da Pauta, registrávamos um único projeto que iniciava o período de análise. Hoje já temos onze novos projetos em análise, alguns dos quais certamente irão ensejar uma grande discussão nesta Casa, pelo seu conteúdo e pelo objetivo com que é proposto. E um deles me merece especial referência, é um projeto do Ver. Idenir Cecchim, que concede diploma de Honra e Mérito à Associação dos Comerciantes da Cidade Baixa – ACCB, cuja atuação na comunidade é das mais relevantes. E eu tenho oportunidade, como vizinho que sou, morador do Centro Histórico, de confirmar a eficiência com que buscam enfrentar problemas específicos da sua área física, objeto de sua jurisdição, e o fazem com muita eficiência dentro daquilo que falávamos há pouco, quando nos manifestávamos no assunto objeto da Tribuna Popular, numa verdadeira participação comunitária, que é aquela participação que não só reivindica, não só demanda, como também procura contribuir e oferecer soluções para aqueles problemas mais gritantes e mais visíveis na comunidade, muitas vezes dependendo muito mais da articulação da ação da comunidade do que propriamente da presença do Poder Público. Aliás, Sr. Presidente, eu sou um dos que sonham com a redução da intervenção estatal no cotidiano da vida de cada um. Eu tenho a absoluta convicção de que as coisas podem, na quase totalidade dos casos, serem melhor resolvidas pela comunidade, pela sociedade, pelas forças vivas de atuação no cotidiano da Cidade, do Estado e da União,

do que propriamente do poder estatal, não raro complicado pela enfadonha e absolutamente desvirtuante ação da burocracia, que consome recursos materiais e humanos que a sociedade oferece ao ente estatal, e este não retribui da forma adequada. Por isso, Sr. Presidente, neste dia e nesta hora em que temos onze novos projetos em debate dentro do período da discussão preliminar de Pauta, eu elegi, eu escolhi a proposta do Ver. Idenir Cecchim, porque ele escolheu uma entidade que, pelas suas características, pela ação que desenvolve e, sobretudo, pela responsabilidade social com que age seu dirigente, é um exemplo dos melhores que podemos oferecer à comunidade de Porto Alegre, junto com a nossa efetiva expectativa de que este exemplo se reproduza e que em tantas outras situações a Casa tenha que louvar, através de iniciativas como essa do Ver. Idenir Cecchim, um bom trabalho, uma boa ação, uma ação resiliente, uma ação cooperativa da parte de entidades várias que proliferam na nossa cidade de Porto Alegre e que merece o nosso apelo, o nosso apoio, o nosso aplauso, e, acima de tudo, o nosso registro pela relevância da atividade que realiza. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde; colegas funcionários da Câmara de todos os setores; público que nos assiste pela TVCâmara; eu queria fazer uma saudação especial ao meu colega Pablo Mendes Ribeiro, que apresenta um projeto bastante importante para a reflexão, para a conscientização e para gerar o debate na Cidade, para sensibilizar as pessoas no assunto relacionado à questão da atenção à pessoa com lúpus. Lúpus é uma doença que poucas pessoas têm conhecimento aprofundado e é importante que esse tema se espalhe não só em nível institucional, municipal, mas também nas escolas e em todas as entidades onde se possa fazer essa inclusão. Acho muito interessante o que o colega traz aqui em relação a isso e apresenta como uma data comemorativa de conscientização em Porto Alegre. É importante esse debate, daqui um pouco as crianças vão ter isso na agenda escolar, as escolas podem fazer um dia de referência, e todo debate que toca em questões humanas e que sensibiliza é fundamental.

Quero também falar que protocolei um projeto que deverá entrar em pauta nos próximos meses que para muitos pode parecer algo inusitado e eu também não quero gerar nenhum alarmismo ou qualquer tipo de preocupação demasiada. Acredito que 80% dos colegas, dos funcionários, assim como as pessoas que assistem têm algum animal de estimação dentro da sua casa, seja um gato, um cachorro, às vezes os dois, ou outros animais até. Inclusive a lei da gaiola é outro projeto que eu apresentei para que não mais sejam comercializados pássaros – para o futuro – com o intuito de não colocá-los num espaço que não seja o seu espaço natural.

Apresentei um projeto – e quero chamar a atenção para ele – relacionado à questão dos *pet shops*. Não quero comprar briga com nenhum *pet shop*, inclusive eles constituem grande parte dos apoiadores, parceiros, pessoas que são sensíveis, muitas vezes colocam animais para adoção na beira do seu *pet shop*, assim como também agropecuárias, que vendem ração e dão atendimento de *pet shop*. Infinitamente, 99,9% dos *pet shops*, das agropecuárias são sérios, são bacanas, eu conheço muitos proprietários e inclusive posso fazer a indicação, são milhares na cidade de Porto Alegre e na grande Porto Alegre. Assim como uma mãe deixa o seu filho com uma babá ou com algum cuidador e a gente fica sabendo de histórias lamentáveis, nos *pet shops* não é diferente. Eu recebi dezenas de vídeos, de imagens onde as pessoas, muitas vezes pouco preparadas, até sem informação com relação aos animais, tratam de maneira profundamente agressivas. Há vídeos em que os animais aparecem tomando soco, tomando chute, tomando puxões e até enforcamento, muitas vezes amarrando o animal de forma absolutamente brusca, lamentavelmente. Essa é a realidade da infinita minoria, mas que acontece. Apresentei um projeto que é simples, inclusive a minha ideia não é criar um processo problemático para os *pet shops*, Presidente Cassio, mas é apresentar uma alternativa de segurança para todos: que essas *pet shops* sejam supervisionadas por câmeras. Assim como nós aqui, tudo o que acontece, está gravado, e eu acho fundamental, dentro de uma *pet shop* ter um espaço, que seja uma câmera de pouco valor, mas que registre o que acontece ali. Depois das imagens que vi, fiquei verdadeiramente preocupado, e quero, de forma generalizada... Muitos animais voltam com marcas, isso já aconteceu, de machucados e vários registros. Quero fazer um registro aos colegas para que se sensibilizem com o projeto, para quando entrar em pauta a gente possa aprová-lo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h59min.)

* * * * *